



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIENCIAS HUMANAS - CAMPUS IV
COLEGIADO DE GEOGRAFIA – JACOBINA / BA

INDIRA NEIVA SOUZA

**A PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA PINHA EM PRESIDENTE
DUTRA: UMA ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?**

Jacobina,

2008.

INDIRA NEIVA SOUZA

**A PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA PINHA EM PRESIDENTE
DUTRA: UMA ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, como parte dos requisitos para obtenção do grau de licenciado em Geografia, sob orientação da Professora Jacy Bandeira Almeida Nunes.

Jacobina,

2008

INDIRA NEIVA SOUZA

**A PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA PINHA EM PRESIDENTE DUTRA:
UMA ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, como parte dos requisitos para obtenção do grau de licenciado em Geografia.

Composição da Banca Examinadora:

Professora Orientadora Esp. Jacy Bandeira Almeida Nunes

Universidade do Estado da Bahia - UNEB-CAMPUS IV

Professora avaliadora: Mestre Ione Oliveira Jatobá Leal

Universidade do Estado da Bahia – UNEB- Campus IV

Professor avaliador: Mestre Edivaldo Hilário dos Santos

Universidade do Estado da Bahia – UNEB- Campus IV

Aprovado em _____ de _____ de 2008.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho primeiramente a Deus, que me deu forças para vencer os obstáculos e colocou verdadeiros anjos em meu caminho, que me ajudaram a concluir mais uma etapa de minha vida, a primeira na vida acadêmica, a qual espero que se repita mais vezes.

Dedico também a minha família, que souberam ter comigo paciência, me apoiaram e incentivaram em todos os momentos difíceis. A meu pai, que foi fonte de informação, articulador, entrevistado e entrevistador e ainda por cima motorista. A minha mãe, pela força, incentivo e compreensão, que foi mãe duplamente, para mim e para meu filho, suprimindo a minha falta. A meu irmão, pela ajuda e informações valiosas.

Enfim, a toda a minha família, que direta ou indiretamente contribuíram para essa realização. E em especial ao meu filho João, que mesmo sem saber como, foi a maior força e incentivo que tive para realizar esse trabalho.

Esse trabalho é para você meu filho.

AGRADECIMENTO

Este trabalho com certeza não seria possível sem a colaboração de muitas pessoas, às quais gostaria de agradecer profundamente.

A primeira delas é a professora Jacy Bandeira, que foi mais que uma simples orientadora, foi uma incentivadora e amiga. Que comprou desde o início a minha idéia, aperfeiçoando-a até que chegasse ao tema atual. Apresentou-me a discussão sobre Desenvolvimento Sustentável, a qual me apaixonou por completo. A ela agradeço por mais de um ano de acompanhamento.

Agradeço também aos professores José Alves e Paulo Fernandes, que muito contribuíram para esse trabalho, seja com a compreensão em suas aulas, seja pela disponibilidade em ajudar com indicações de referencial, e mesmo pela confecção de mapas, como foi o caso do professor José Alves.

Ao colega João Batista, que se empenhou em me ajudar, e o qual confeccionou alguns mapas deste trabalho.

Aos meus colegas de trabalho, o agrônomo João Neto e a bióloga Leila Gonçalves, que não se cansaram em tirar minhas dúvidas e me trazerem novas informações.

Ao secretário de agricultura de Presidente Dutra Adão Oliveira, que desde o início me ajudou com informações, dados e materiais para a pesquisa, e comprou a minha idéia de uma nova perspectiva de desenvolvimento para o município.

Aos produtores e comerciantes de pinha do município, que me receberam e responderam aos meus questionamentos, dividiram comigo suas vivências, incertezas, descontentamentos e perspectivas de mudanças. Em especial ao senhor João Machado, que abriu as portas de sua propriedade, se empenhou em compartilhar comigo suas bem sucedidas experiências, sua preocupação ambiental e suas perspectivas de um futuro melhor para a agricultura no município.

A minha turma, em especial as minhas amigas: Ádila, Emille, Jacqueline, Lívia, Mara e Viviane, pelo apoio e amizade.

E por fim, a todos os meus amigos, minhas companheiras de quarto, Regina e Canarana; Lala, Queila e Marcela em Jacobina, que compartilharam de minhas dúvidas, angústias, tensão e alegrias, e que de uma forma ou de outra me ajudaram na conclusão deste trabalho.

A todos vocês os meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Esse trabalho tem como tema o Desenvolvimento Local Sustentável no município de Presidente Dutra – Ba, a partir da produção e comercialização de pinha. O problema central dessa pesquisa consiste na existência ou não de desenvolvimento local sustentável no município de Presidente Dutra gerado pela produção e comercialização da pinha, e se esse desenvolvimento é sustentável a longo prazo. O objetivo geral desse trabalho é desvendar tal problema, e investigar as razões pelas quais tal produto gera tantas divisas para o município, porém não consegue promover esse desenvolvimento, e quais as possibilidades da construção deste no município. Para tanto, a metodologia segue a linha dos pressupostos do Materialismo Dialético, visto que se propõe a analisar todo o processo de formação da economia do município, desde a sua criação, a introdução da pinha até os dias atuais. A abordagem feita foi a quantitativa, quanto à análise dos dados da economia municipal, e qualitativa, analisando assim a qualidade de vida da sociedade local. Os resultados obtidos com a pesquisa mostraram a atual inexistência de um desenvolvimento local sustentável no município, uma vez que o sistema ao qual está organizada a produção de pinha, assim como a economia do município, é baseado no sistema capitalista de desenvolvimento econômico, pautado no uso indiscriminado dos recursos naturais, sem a preocupação com a conservação destes para as futuras gerações. No entanto, observou-se a potencialidade local a ser explorada no município, tendo como base a dinamização da produção de pinha, a otimização no uso dos recursos naturais, e a preocupação com as futuras gerações.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local Sustentável, Produção Orgânica de Pinha, Potencial Local, Recursos Naturais e Futuras Gerações.

ABSTRACT

This work is addressing the Local Sustainable Development in the municipality of President Dutra - Ba, from the production and marketing of pinha. The central problem of this research is the existence or not of local sustainable development in the municipality of President Dutra generated by the production and marketing of pinha, and that development is sustainable in the long term. The general objective of this work is revealing this problem, and investigate the reasons why this product generates so many currencies to the council, but can not promote this development, and possibilities of construction of the council. For this, the methodology follows the line of the assumptions Materialismo Dialectic, since it proposes to examine the whole process of shaping the economy of the municipality, since its inception, the introduction of pinha until the present day. The approach was made to quantitative, as the analysis of data from the municipal economy, and quality, analyzing the quality of life of local society. The results of the research showed the current lack of a sustainable local development in the city, once the system is organized at which the production of pinha, and the economy of the municipality, is based on the capitalist system of economic development, based on indiscriminate use of natural resources, without worrying about the conservation of these for future generations. However, there was the potential to be exploited in the local council, based on boosting the production of pinha, optimizing the use of natural resources, and concern for future generations.

Keywords: Local Sustainable Development, Production of Organic Pinha, Potential Place, Natural Resources and Future Generations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro nº01 – Sistematização das características dos indicadores do DS do IBGE.....	22
Figura 1 – Localização do município de Presidente Dutra.....	27
Figura 2 – Localização da produção de pinha no município de Presidente Dutra.....	62
Figura 3 - Estabelecimentos Agrícolas no município de Presidente Dutra.....	88
Figura 4 - Áreas de cultivo de pinha no município de Presidente Dutra.....	89

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADAB- Agência Estadual de Defesa Agropecuária
APRI- Associação dos Prefeitos da Região de Irecê.
CEASA- Central de Abastecimento S. A.
CHESF- Companhia Hidroelétrica do São Francisco.
CODEVASF- Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco.
COELBA- Companhia de Eletricidade da Bahia.
CONAMA- Conselho Nacional de Meio Ambiente.
COOPERFRUT- Cooperativa dos Produtores de Fruta de Presidente Dutra.
CSD- Commission Sustainable Development
DENOCS- Departamento Nacional de Combate à seca.
DESER- Departamento Sindical de Estudos Rurais.
D.S: Desenvolvimento Sustentável
D.L- Desenvolvimento Local
EAD- Ensino À Distância.
EBDA- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EMBASA- Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A
EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPA- Agência de Proteção Ambiental
FTC- Faculdade de Tecnologia e Ciência.
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IDH- Índice de Desenvolvimento Humano.
IDI- Índice de Desenvolvimento Infantil.
MINTER- Ministério do Interior.
ONG- Organizações Não Governamentais
ONU- Organização das Nações Unidas.
S.D- Sem Data.
S. E- Sem Editora.
S.L- Sem Local.
SUDENE- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.
UICN- União Internacional para a Conservação da Natureza
UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância.
WWF- World Wildlife Fund (fundo para a vida selvagem)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. A TEORIA PARA ENTENDER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	14
1.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....	14
1.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A TRAJETÓRIA DE UM CONCEITO EM DISCUSSÃO.....	16
1.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA ALTERNATIVA AO D. S.....	18
1.4 ATORES SOCIAIS DO D.S.....	20
1.5 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO IBGE.....	21
1.6 INDICADORES OU DIRETRIZES ASSOCIADAS À SUSTENTABILIDADE.....	24
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE DUTRA.....	26
2.1 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	26
2.2 ASPECTOS HISTÓRICOS.....	28
2.2.1 A Pinha.....	30
2.3 ASPECTOS SOCIOECONOMICOS.....	31
2.3.1 População.....	32
2.3.2 Educação.....	32
2.3.3 Rede de atendimento médico/hospitalar.....	34
2.3.4 Saneamento básico e serviços de energia.....	35
2.3.5 Uso e ocupação dos solos.....	35
2.3.6 Estrutura fundiária.....	36
2.3.7 Produção agrícola e extrativa.....	37
2.3.8 Atividade industrial.....	38
2.3.9 Comércio e serviços.....	39
2.3.10 Acesso aos bens culturais e opções de lazer.....	39
2.3.11 Principais eixos viários.....	40
2.3.12 Aspectos turísticos.....	41
2.4 ASPECTOS BIOFÍSICOS.....	42
2.4.1 Aspectos climáticos.....	42
2.4.2 Geologia e Geomorfologia.....	43
2.4.3 Pedologia.....	43
2.4.4 Recursos hídricos.....	44
2.4.5 Vegetação.....	45

CONCLUSÃO.....	45
3. AS POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	47
3.1 PONTOS FORTES.....	47
3.1.1 Fatores biofísicos que possibilitem a produção.....	47
3.1.2 Garantia de emprego e renda para os trabalhadores.....	48
3.2 PONTOS FRACOS.....	51
3.2.1 Uso indiscriminado de produtos químicos.....	51
3.2.2 Falta de controle na perfuração de poços e no uso insustentável da água.....	53
3.2.3 Informalidade nas relações de trabalho.....	55
3.2.4 Falta de investimento no beneficiamento da produção.....	56
3.2.5 Escoamento da produção e variação dos preços.....	57
3.2.6 Pragas que ameaçam a produção.....	59
3.3 OPORTUNIDADES.....	62
3.3.1 Produção orgânica.....	62
3.3.2 Provável instalação de um campus de observação da UNEB Campus III Juazeiro.....	65
3.3.3 Marketing do produto.....	66
3.3.4 Apoio de órgãos públicos.....	66
3.3.5 Criação e efetivação de cooperativas.....	69
3.4 RISCOS.....	69
3.4.1 Contaminação do meio ambiente e da população pelo uso indiscriminado de produtos químicos.....	70
3.4.2 Perca da qualidade do fruto devido ao uso indiscriminado de insumos químicos.....	70
3.4.3 Desertificação do solo.....	71
3.5 PROGNÓSTICOS.....	72
3.5.1 Aumento da renda	73
3.5.2 Melhoria na qualidade de vida.....	73
3.5.3 Recuperação das áreas degradadas.....	74
3.5.4 Conscientização dos agricultores quanto às questões ambientais.....	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERENCIAS BIBLIORÁFICAS.....	79
APÊNDICE.....	82

Apêndice A – Questionário padronizado.....	83
Apêndice B – Roteiro de entrevista semi-estruturado.....	86
ANEXOS.....	87
Anexo A – Mapa 3 – Estabelecimentos agrícolas no município de Presidente Dutra.	88
Anexo B – Mapa 4 – Áreas de cultivo de pinha no município de Presidente Dutra ...	89

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema o Desenvolvimento sustentável do município de Presidente Dutra, a partir da produção e comercialização da pinha. O problema central dessa pesquisa consiste na existência ou não de desenvolvimento local sustentável no município de Presidente Dutra gerado pela produção e comercialização da pinha, e se esse desenvolvimento é sustentável a longo prazo. O objetivo geral desse trabalho é desvendar tal problema, e investigar as razões pelas quais tal produto gera tantas divisas para o município, porém não consegue promover esse desenvolvimento, e quais as possibilidades da construção deste no município.

Para tanto, a metodologia segue a linha dos pressupostos do Materialismo Dialético, visto que se propõe a analisar todo o processo de formação da economia do município, desde a sua criação, a introdução da pinha até os dias atuais. A abordagem feita foi a quantitativa, quanto à análise dos dados da economia municipal, e qualitativa, analisando assim a qualidade de vida da sociedade local.

No primeiro capítulo foi feito um estudo minucioso à cerca do referencial teórico sobre o Desenvolvimento local Sustentável, buscou-se analisar teoricamente as possibilidades presentes no município de Presidente Dutra, assim como averiguar a existência de um potencial local, no caso a produção orgânica da pinha, que venha a promover o Desenvolvimento Sustentável no município, tendo em vista um desenvolvimento pautado no uso consciente dos recursos naturais.

No segundo capítulo, foi feita uma caracterização do município, onde se averiguou as particularidades físicas, econômicas e sociais, que fazem do município a “Capital da Pinha”, título esse que foi dado ao município não apenas pela sua produção, mas principalmente pela qualidade do fruto ali produzido.

No terceiro capítulo, foi feita a análise das possibilidades para o desenvolvimento sustentável do município, onde foram analisados os pontos fortes, fracos, riscos e oportunidades presentes no município, que podem vir a prejudicar o viabilizar o Desenvolvimento Sustentável.

1. A TEORIA PARA ENTENDER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

Nos últimos anos, após uma crescente onda de desastres ambientais ocorridos no planeta, a comunidade científica, e a sociedade em geral, tomaram consciência do caminho sem volta que se tornou o atual modelo de desenvolvimento econômico nas atuais bases em que se encontravam, pautado no uso irracional dos recursos naturais.

O caráter insustentável da sociedade contemporânea pode ser confirmado de diversas formas, como o crescimento em ritmo acelerado pelo qual passa a nossa sociedade, em vista do esgotamento dos recursos naturais, além da expansão do consumismo material, e dos já decadentes sistemas produtivos que utilizam processos de produção poluentes. (CAMARGO, 2005, p. 13)

Dessa forma, após vários encontros, conferências e pesquisas sobre a temática, surge como alternativa a proposta do Desenvolvimento Sustentável, que segundo a ONU seria aquele “capaz de garantir as necessidades das gerações atuais, sem comprometer as necessidades das futuras gerações.” (ALMEIDA, 1999, p.23).

Nessa perspectiva o presente capítulo objetiva apresentar os elementos teóricos que fundamentaram o processo de investigação sobre a dinâmica que se manifesta no processo da produção e comercialização da pinha no município de presidente Dutra, dando ênfase especial aos pressupostos do Desenvolvimento Sustentável.

1.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A preocupação da sociedade com a natureza e as conseqüências de sua devastação não é um fenômeno relativamente novo, no entanto, somente após a segunda guerra mundial, com o seu arrasador poder de destruição, culminando com a explosão de duas bombas atômicas no Japão, é que a sociedade mundial começou a se conscientizar a respeito do caminho de destruição que o planeta estava seguindo.

Segundo Sachs (2002), a chegada do homem à lua contribuiu consideravelmente para essa tomada de consciência, uma vez que diante do poder tecnológico adquirido pelo homem, veio à reflexão à cerca da limitação do capital natural, e dos perigos decorrentes das agressões ao meio ambiente, usado até então como depósito para os dejetos produzidos pelo desenvolvimento econômico sem precedentes (SACHS, 2002. p.48).

O Brasil, dado o tamanho e a importância de seu patrimônio natural, começa a dar sinais de preocupação ambiental já a partir da década de 30, quando é realizada a 1ª Conferência Brasileira de proteção à natureza, em 1934, no Museu Nacional, e em conseqüência, em 1937 é criado o primeiro Parque Nacional Brasileiro, o Parque Nacional de Itatiaia. (LAGO& PÁDUA, 1984 *apud* CAMARGO 2005. p. 45)

No cenário mundial, em 1945 é criada a organização das Nações Unidas (ONU), tendo de início como objetivo a manutenção da paz mundial, os direitos humanos e o desenvolvimento equitativo. Mas não demorou muito para a proteção ambiental entrar como o 4º objetivo da ONU, em vista da crescente onda de preocupação ambiental.

Em 1948 é criada a União Internacional para Conservação da Natureza (UICN), órgão ligado à ONU. Já em 1949, é realizada a Conferência Científica das Nações Unidas sobre Conservação e a Utilização de Recursos.

No Brasil, em 1958 foi estabelecida a Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN), o que contribuiu ainda mais para realçar a preocupação com a natureza no país.

A década de 1960 é marcada pela participação da comunidade científica nas discussões à cerca dos problemas ambientais, além de destacar-se pelo surgimento de diversos grupos e organizações não-governamentais (ONG) ligadas à conservação da natureza. A primeira a se destacar nesse sentido foi a *World Wildlife Fund* (fundo para a vida selvagem, hoje a *World Wide Fund for Nature* - WWF), criada em 1961, com abrangência mundial. (D'AMANTO & LEIS 1998 *apud* CAMARGO, 2005. p. 45)

Ainda na década de 1960, marcada por diversas movimentações sociais, ocorreram diversos acontecimentos que vieram a acentuar a discussão sobre a problemática ambiental do desenvolvimento econômico.

Na década de 1970, a preocupação ambiental deixa de ser apenas das organizações sociais, e os governos e partidos políticos passam a se envolver mais com a discussão, criando agências nacionais para cuidar dessas questões, como a criação americana da Agência de Proteção Ambiental (EPA) responsável pela criação de leis e regulamentos de proteção ambiental.

A década de 1980 foi marcada pela criação de leis que regulamentando a atividade industrial no que se refere à poluição. (CAMARGO, 2005. p. 51).

1.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A TRAJETÓRIA DE UM CONCEITO EM DISCUSSÃO

Antes de entrar na discussão à cerca do Desenvolvimento Sustentável, é necessário que haja um entendimento à cerca do termo Desenvolvimento, pois segundo Almeida (2002), esse termo vem sendo utilizado de forma muito ambígua, deixando lacunas ao seu entendimento.

Contudo, há que se repensar o conceito de desenvolvimento utilizado até hoje, como “um impulso a modernização” como afirma Britto & Ribeiro (2002, p. 04), “pautado no progresso e aprimoramento da técnica” (p.04), seria como afirma Almeida (2002) baseado enganosamente nos sistemas de desenvolvimento dos organismos biológicos, onde “desenvolver é crescer” (p.22), uma vez que “desenvolvimento biológico seria a repetição de um desenvolvimento precedente, inscrito geneticamente um ciclo.” (p.22), portanto usado inadequadamente no sistema econômico.

A problemática ambiental começou a ser discutida, em âmbito global, a partir da década de 1970, com a divulgação de um relatório encomendado pelo Clube de Roma (associação de políticos, empresários e cientistas, preocupados com as questões globais). O relatório, publicado com o título: *The limits to growth*, conhecido no Brasil como os limites do crescimento, que alertavam para as conseqüências desastrosas e para os limites do atual desenvolvimento econômico.

A idéia de Desenvolvimento Sustentável, surge em oposição a de Desenvolvimento Econômico capitalista, por este se mostrar insustentável a longo prazo. Segundo Veiga (1993), “o qualificativo de sustentável é um aperfeiçoamento de desenvolvimento.” (apud SOTO, 2002, P.112). Já Bellen (2005) afirma que a discussão do Desenvolvimento Sustentável é uma “ reavaliação da noção de desenvolvimento, predominantemente ligado à idéia de crescimento .” (p. 21).

Em 1973 surge pela primeira vez o termo “ecodesenvolvimento”, como alternativa ao Desenvolvimento econômico predatório. Proposta estruturada por Ignacy Sachs, abordava a importância da educação, participação popular, e a preservação juntamente com a satisfação das necessidades básicas. (BELLEN, 2005, p. 22).

Nesse sentido, Sachs (2002) afirma que “uma nova civilização, fundamentada no aproveitamento sustentável dos recursos renováveis, não é apenas possível, mas essencial.” (p. 29). Para isso ele insiste no aproveitamento consciente da biomassa, como principal produto para promover o ecodesenvolvimento.

Ainda segundo Sachs (2002) para que essa transformação ocorra, será necessária a utilização da tecnologia de ponta que a ciência disponibiliza no momento, dando ênfase à biologia e as biotecnias para, segundo ele “explorar o paradigma do ‘B ao cubo’: *bio-bio-bio* biodiversidade, biomassa e biotecnias” (p. 30-31).

Com isso, a biomassa produzida ou coletada pode ser utilizada para diversos fins, como os “5 – F”, do Professor Jyoti Parikh, no qual os F representam: alimento (*food*), suprimento (*feed*), combustível (*fuel*), fertilizante (*fertilizers*) e ração animal industrializada (*feedstock*). (SACHS, 2002. p. 32)

Em 1974, a Declaração de Cocoyok, resultado de uma reunião da conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, e do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas, alertou para o problema da explosão populacional e da pobreza como responsáveis, em parte, pela degradação ambiental, culpando também os países desenvolvidos pelo alto nível de consumo.

Em 1987, é publicado o Relatório Brundtland, conhecido no Brasil pelo título “nosso futuro comum”, é divulgado como texto preparatório para a conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente (ECO-92), onde a idéia de Desenvolvimento Sustentável aparece pela primeira vez, como sendo aquele “capaz de satisfazer as necessidades das gerações presentes, sem comprometer as necessidades das gerações futuras.” (ALMEIDA, 2002, p. 25), pautado

nos quatro pilares de sustentação, que afirmam que esse Desenvolvimento Sustentável deva ser: “socialmente justo, economicamente viável, ecologicamente sustentável e culturalmente aceito”. (ALMEIDA, 1999, P. 25).

Em 1992 é realizada no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento, que teve como documento final a Agenda 21, um plano de ação composto de 40 capítulos. É nesse momento, como afirma Bellen (2005), que a integração entre Desenvolvimento Sustentável e as transformações do meio ambiente entram no discurso oficial da maioria dos países do mundo.

Entretanto, a formulação de uma definição para o conceito de Desenvolvimento Sustentável ainda gera diversas interpretações, Bellen (2005) destaca que existem cerca de 160 definições diferentes para o DS (p. 25).

Este último define o DS como “uma nova maneira de a sociedade se relacionar com seu ambiente de forma a garantir a sua própria continuidade e a de seu meio externo.” (p. 22).

Müller (1999) define o DS como aquele em que “uma sociedade é capaz de manter, no médio e no longo prazo, um círculo virtuoso de crescimento econômico e um padrão de vida adequado”. (p. 132), sem, contudo citar a importância do enfoque ambiental.

Por outro lado, Rampazzo (1999) conceitua o D.S como “um processo de aprendizagem social, com dimensão histórica e cultural que deva levar a uma atitude pró-ativa” (p.162), nesse sentido, ela afirma que crescimento econômico é necessário, porém não é suficiente para garantir o Desenvolvimento Sustentável.” (p. 165), é preciso que haja equidade social e atenção ecológica.

Aliado a isso, Sachs (2002) acrescenta a questão do codesenvolvimento, que segundo ele “requer o planejamento local e participativo, no nível micro, das autoridades locais, comunidades e associações de cidadãos envolvidos na proteção da área.”

1.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA ALTERNATIVA AO D.S

O processo de Desenvolvimento local segue a mesma linha do desenvolvimento Sustentável, porém, visando o local na perspectiva do desenvolvimento, tendo como objetivo o aproveitamento de uma potencialidade local.

Buarque (1999) define o Desenvolvimento Local como “um processo endógeno, capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades”. (p. 9)

Nesse sentido, ele afirma que o município possui a dimensão territorial adequada à “mobilização das energias sociais e integração de investimentos potencializadores do desenvolvimento” (BUARQUE, 1999. p. 9). Dessa forma podemos perceber que o desenvolvimento local pode ocorrer em diversas escalas, no entanto, é o município que reúne as melhores condições, seja na questão da escala territorial, pela proximidade entre os atores sociais, seja na questão política, quanto à aderência político-administrativa que favorece nas questões legais.

Nesse sentido, Buarque (1999) insere o qualificativo sustentável ao desenvolvimento local, onde ele afirma que os projetos de desenvolvimento local precisam atentar à garantia de uma melhoria na qualidade de vida não apenas para a sociedade atual, mas também e principalmente, assegurar a conservação dos recursos naturais às futuras gerações. (BUARQUE, 1999. p. 9)

Nessa mesma perspectiva, o DESER¹ (1997) lançou, em meio eletrônico um artigo intitulado “Agricultura familiar e desenvolvimento local” no qual discute a importância da agricultura familiar como “principal agente propulsor do desenvolvimento comercial e conseqüentemente dos serviços nas pequenas e médias cidades do interior brasileiro.” (p.8). Dessa forma, ele discute a importância da criação de um Projeto de Desenvolvimento Local, o qual ele acredita que deva partir dos próprios cidadãos para que tenha sustentação a longo prazo. Este projeto deve conter iniciativas que venham a impulsionar a agricultura familiar e conseqüentemente à economia do município, levando em consideração a preservação dos recursos naturais do local. Tal projeto visa à criação de empregos não apenas no campo, mas deve também promover empregos na zona urbana, com a criação de atividades ligadas a agricultura, como por exemplo, pequenas e médias agroindústrias de beneficiamento da produção, de comercialização dos produtos, entre outros. Segundo ele, esses empregos devem ter como prioridade à mão-de-obra excedente da agricultura, a fim de evitar outro dos grandes problemas do interior do país, que é o êxodo rural.

¹ Departamento Sindical de Estudos Rurais.

1.4. ATORES SOCIAIS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Soto (2002) introduz na discussão do DS a questão da agricultura sustentável, e lança o debate sobre quem seriam os atores sociais do DS: se a agricultura familiar, como acentua muitos autores brasileiros “ que por suas características (diversificação produtiva e lógica de subsistência) e por sua vez, se relacionar com a natureza [de forma harmônica]” (p. 99), teriam as condições perfeitas para realizar essa transição para o modelo de DS; ou se seriam os grandes agroindustriais, que por sua vez possuem maior capital para investir nas transformações necessárias a essa transição.

Segundo afirma esse mesmo autor, no Brasil, pesquisas de órgãos ligados à agricultura, como a EMBRAPA, tendem a favorecer os grandes proprietários (Soto, 2002, p.115). Para tanto, ele imprime alguns objetivos do DS, segundo a *National Research Council*:

A agricultura sustentável não constitui um conjunto de práticas específicas, mas sim um objetivo: alcançar um sistema produtivo de alimentos que: a) aumente a produtividade dos recursos naturais e dos sistemas agrícolas, permitindo que os produtores respondam aos níveis de demanda engendrados pelo crescimento populacional e pelo Desenvolvimento econômico; b) produza alimentos saudáveis, integrais e nutritivos, que permitam o bem-estar humano; c) garanta uma renda líquida suficiente para que os agricultores tenham um nível de vida aceitável e possam investir no aumento da produtividade do solo, da água e outros recursos; e d) corresponda às necessidades e expectativas da comunidade (NATIONAL RESEARCH COUNCIL *apud* SOTO, 2002, p. 113).

Dessa forma, percebe-se a importância da agricultura como um dos principais agentes do Desenvolvimento Sustentável, e a agricultura familiar como sendo a instituição mais adequada à sua efetivação.

No entanto, Sachs (2002) insiste que o ponto de partida para o desenvolvimento sustentável está na valorização dos “povos dos ecossistemas”, os quais seriam aqueles que vivem em harmonia com o meio ambiente, dele retirando seu sustento sem, contudo agredi-lo. Segundo ele, esses povos seriam os principais atores para a construção de “ uma moderna civilização de biomassa ” (p. 30), a qual teria as condições perfeitas “ cancelar a enorme dívida social acumulada com o passar dos anos, ao mesmo tempo em que reduzirá a dívida ecológica.” (p. 30).

Mas para que isso aconteça, Sachs (2002) afirma que uma tarefa operacional primordial seria a capacitação dos pequenos produtores, utilizando a biotecnologia moderna e

sistemas de financiamentos. Nesse sentido ele afirma existir uma série de obstáculos a serem transpostos, como por exemplo, o acesso justo à terra, ao conhecimento, ao crédito e ao mercado, bem como uma melhor educação rural. (SACHS, 2002. p. 34)

Em termos de localização dos atores sociais do desenvolvimento sustentável, Sachs (2002) afirma que os países de clima tropical, como o Brasil, por exemplo, levam importante vantagem sobre os demais, por permitirem produtividades maiores que nas zonas temperadas. No entanto, há que se ter “cuidado com os ecossistemas frágeis e proteger as populações contra doenças tropicais.” (p. 34-35)

Assim, os países tropicais, e o Brasil em especial, têm a chance de “pular etapas para chegar a uma moderna civilização de biomassa, alcançando uma endógena ‘vitória tripla’ ao atender simultaneamente os critérios de relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica, os três pilares do desenvolvimento sustentável.” (SACHS, 2002. p. 35).

1.5. INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (IBGE)

Um dos grandes desafios da construção do Desenvolvimento Sustentável é o de criar instrumentos de mensuração, tais como indicadores de desenvolvimento. Segundo o IBGE (2004) “Indicadores são ferramentas constituídas por uma ou mais variáveis que, associadas através de diversas formas, revelam significados mais amplos sobre os fenômenos a que se referem” (p. 10).

Dessa forma, ele afirma que “Indicadores de Desenvolvimento Sustentável são instrumentos essenciais para guiar a ação e subsidiar o acompanhamento e a avaliação do progresso alcançado rumo ao Desenvolvimento Sustentável”. (p.10), e acrescenta que “servem ainda para identificar variações, comportamentos, processos e tendências.” (p. 10).

O trabalho de construção de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável no Brasil é inspirado no movimento internacional liderado pela Comissão para o Desenvolvimento Sustentável – CDS, das nações unidas (*Comission Sustainable Development – CSD*), que reuniu ao longo da década de 1990 governos nacionais, instituições acadêmicas, ONGs, a Organização das Nações Unidas e especialistas de todo o mundo.

Em 1996 é lançado o documento “*Indicators of Sustainable development: framework and methodologies*” conhecido como “livro azul”, apresentando 134 indicadores, posteriormente reduzidos para 57 apresentados em 2000.

O projeto apresentado pelo IBGE tem como referência o “livro azul”, adaptando seu conteúdo às particularidades brasileiras. Ao todo, o projeto conta com 59 indicadores divididos em quatro dimensões: a dimensão ambiental, a dimensão social, a dimensão econômica e a dimensão institucional.

DIMENSÃO	CONCEITO	OBJETIVOS	TEMA
Ambiental	Diz respeito ao uso dos recursos naturais e a degradação ambiental	Preservação e conservação do meio ambiente.	Atmosfera; terra; água doce, oceanos mares e águas costeiras; biodiversidade e saneamento.
Social	Procuram retratar a situação social, a distribuição da renda e as condições de vida da população, apontando o sentido de sua evolução recente.	Satisfação das necessidades humanas, melhoria da qualidade de vida e justiça social.	População, Trabalho, Rendimento, Saúde e Educação, Habitação e Segurança.
Econômica	Trata do desempenho macroeconômico e financeiro, e dos impactos no consumo de recursos materiais e uso da energia primária.	Eficiência dos processos produtivos e com as alterações nas estruturas de consumo orientadas a uma reprodução econômica sustentável a longo prazo.	Padrões de produção e consumo, e quadro econômico.
Institucional	Orientação política, capacidade e esforço despendido para as mudanças requeridas para uma efetiva implementação do desenvolvimento	Promover políticas públicas e buscar investimentos para a efetivação do DS.	Quadro institucional e Capacidade institucional.

	sustentável.		
--	--------------	--	--

Quadro nº01 – Sistematização das características dos indicadores do DS do IBGE.

Elaborado por: Indira Neiva Souza

A Dimensão Ambiental dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável diz respeito ao uso dos recursos naturais e a degradação ambiental, relacionada aos objetivos de preservação e conservação de preservação do meio ambiente. Estas questões aparecem organizadas nos temas: atmosfera; terra; água doce, oceanos mares e águas costeiras; biodiversidade e saneamento.

A dimensão Social corresponde especificamente aos objetivos ligados à satisfação das necessidades humanas, melhoria da qualidade de vida e justiça social. Organizadas nos temas: população, trabalho e rendimento, saúde, educação, habitação e segurança. Essa dimensão tende a apontar o sentido da evolução recente da sociedade.

A dimensão econômica trata do desempenho macroeconômico e financeiro, e dos impactos no consumo de recursos materiais e uso da energia primária. Refere-se aos objetivos de eficiência dos processos produtivos e com as alterações nas estruturas de consumo orientadas a uma reprodução econômica sustentável a longo prazo. São organizados em dois únicos temas: padrões de produção e consumo, e quadro econômico.

O quadro econômico possui os seguintes indicadores: PIB *per capita*, taxa de investimentos (mede o incremento e a capacidade produtiva da economia em determinado período), balança comercial, grau de endividamento. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2001).

A dimensão econômica diz respeito à orientação política, capacidade e esforço despendido para as mudanças requeridas para uma efetiva implementação do desenvolvimento sustentável.

O IBGE destaca que esta dimensão é um dos temas de difícil medição, e que carece de mais estudos para o seu aprimoramento. Desdobra-se em dois temas: quadro institucional e capacidade institucional. O primeiro diz respeito à ratificação de acordos, governança, a existência de conselhos municipais, como de meio ambiente. O último diz respeito a gastos com pesquisas e desenvolvimento, gasto público com proteção ao meio ambiente, acesso a serviços de telefonia e internet.

1.6. INDICADORES OU DIRETRIZES ASSOCIADAS À SUSTENTABILIDADE

O instituto de Estatísticas da Suécia (*Statistics Sweden*) dá ênfase aos aspectos de transição para a sustentabilidade e pretende ir além. Nessa estrutura, os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável são referenciados a quatro diretrizes, que de certa forma emanam do conceito de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21, que são: equidade, eficiência, adaptabilidade e atenção às gerações futuras.

A equidade evoca aspectos distributivos do desenvolvimento em termos de participação do ônus e dos benefícios. Engloba indicadores ligados a questões de bem estar econômico e social, no caso brasileiro, centrados em medidas da universalização do atendimento ou satisfação de necessidades básicas e aquelas relativas à desigualdade social.

A diretriz Eficiência reúne indicadores sobre o uso dos recursos, e põe em relevo a premissa de que a produtividade dos recursos e seu uso racional são elementos-chave para a transição a uma sociedade sustentável. Abrange os objetivos econômicos e ambientais: produzir mais com menos recursos e com menor agressão ao meio ambiente. Mas também contempla questões sociais, tais como assegurar melhores condições de existência, reprodução e desenvolvimento das potencialidades humanas.

A adaptabilidade ilustra ações de hoje que irão influenciar a situação nos próximos anos. Representam diferentes aspectos da composição do investimento corrente no sentido de alcançar maior eficiência e flexibilidade no futuro. Contemplam tanto evidências sobre os esforços dirigidos à diversificação e mudanças nos processos de produção, como indicadores que refletem a capacidade de construção de alternativas e aprimoramento desses mesmos processos.

E por fim, a Atenção às gerações futuras, que reúne indicadores que enfocam os recursos e os bens econômicos, ecológicos e humanos que serão legados às futuras gerações, relacionados ao não comprometimento (ou exaustão) de recursos que poderiam ser mais bem utilizados no futuro ou às possibilidades de manobra deixadas como herança.

Algumas considerações parciais podem ser tecidas, pois o Desenvolvimento Sustentável surge como alternativa ao desenvolvimento econômico predatório e sem precedentes, que marcou a trajetória capitalista e promovem um cenário com graves danos ao

meio ambiente, a qualidade de vida e a justiça social. No entanto, constata-se que é um conceito socialmente construído e a estruturação de seus indicadores pode auxiliar no processo de investigação empírica sobre a temática.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE DUTRA

A presente pesquisa foi realizada no município de Presidente Dutra, entre os meses de agosto de 2007 a maio de 2008, na qual foram utilizados alguns instrumentos para obtenção de dados, como pesquisa documental e de campo de campo, nos quais foram analisados vários documentos a respeito da organização socioeconômica do município, como os censitários do IBGE, lei orgânica do município, guias turísticos, livros, artigos e apostilas técnicas a respeito da produção de pinha. Além do levantamento de dados e informações, com a utilização de questionários, dirigidos aos produtores de pinha do município, e entrevistas semi-estruturadas com alguns representantes de órgãos públicos ligados a esta produção.

2.1. DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Presidente Dutra, está situado na microrregião de Irecê, mesorregião centro norte da Bahia. Possuindo uma área de 244 km², divididos entre a sede, um distrito e os 31 povoados, que limitam-se: a norte com os municípios de Central, Jussara e São Gabriel; a sul com os municípios de Ibititá, Lapão e Irecê; a leste com Irecê e São Gabriel; e a oeste com os municípios de Uibaí e Central. (ver figura nº.1)

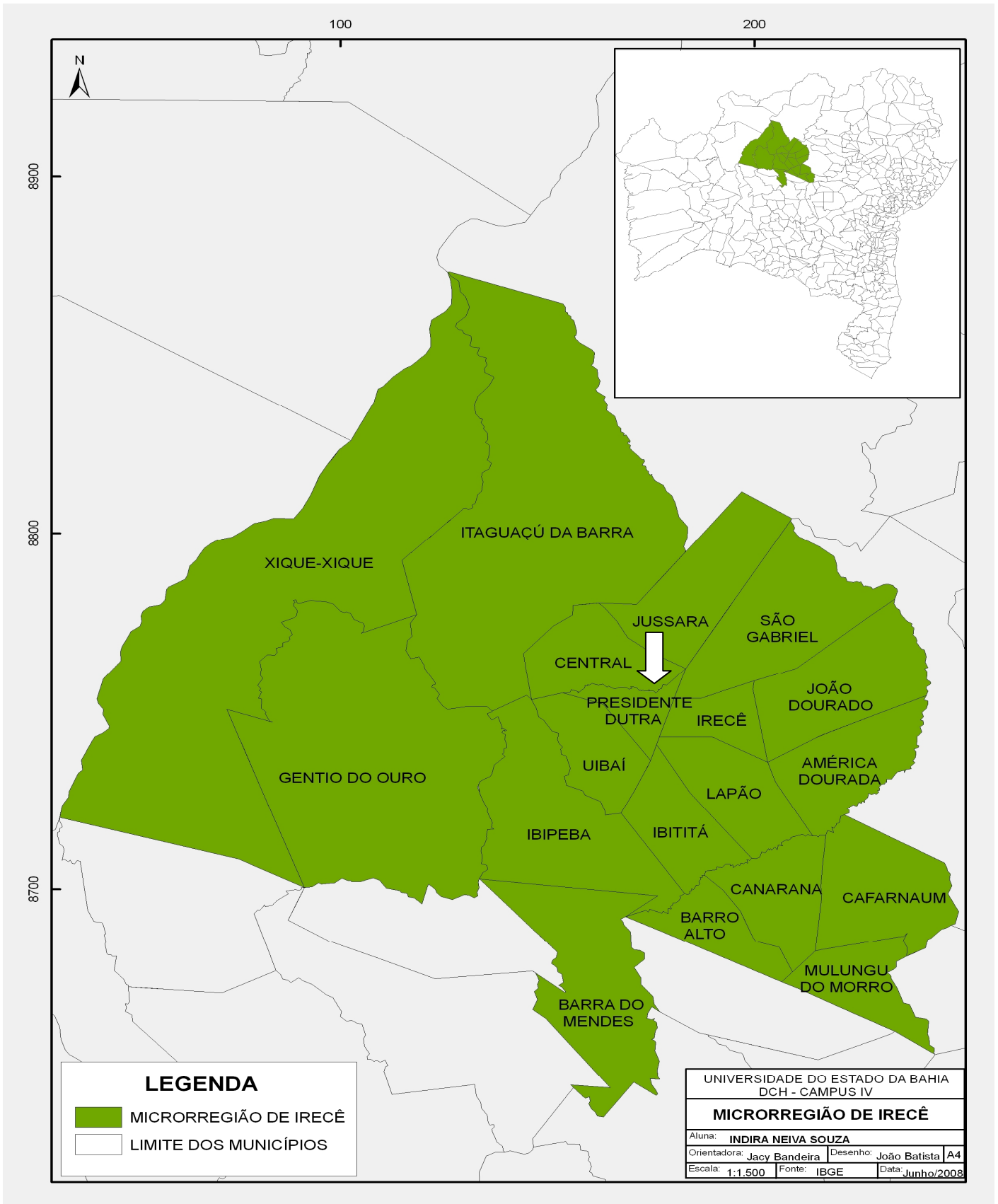


Figura 1 – Mapa da região de Irecê

O único distrito do município é o de Campo Formoso, situado a cerca de 6 km a sul da sede do município, e os 31 povoados são: Alto Bonito, Água Clara, Aguadinha 1 e 2, Araçatuba, Barro Branco, Baixa da Saudade, Baixa Verde, Bela Vista, Bernardes, Brasil, Caboclo, Carros, Canoãozinho, Curral de Pedra, Curralinho, Gameleira, Gaza, Ginú, João Gringa, Juá, Juá Velho, Matinha de Brito, Milingidio, Queimada, Ramos, Sapecado, São Joãozinho, Velame, Veredinha e Zumba.

As coordenadas geográficas do município são: 11°17'66'' de latitude sul, e 41°59'12'' de longitude oeste, com uma altitude média de 670m em relação ao nível do mar.

2.2 ASPECTOS HISTÓRICOS

O município de Presidente Dutra foi criado, com parte do Distrito de “Lagoa de Canabrava”, que recebeu esse nome pelo fato de haverem várias lagoas no seu espaço geográfico.

Descoberto no fim do século XIX, através de uma expedição de trabalhadores rurais vinda da Fazenda Canabrava do Gonçalo (atual município de Uibaí), que tinham como objetivo construir uma estrada ligando esta fazenda ao então povoado de Gabriel (atual município de São Gabriel). No meio do caminho, encontraram algumas lagoas de água cristalina (em plena seca), e decidiram ocupar, e posteriormente povoar o local, dando-lhe o nome de Lagoa de Canabrava, e mais tarde vem a se chamar Lagoa do Dutra, graças ao feito de, nas eleições presidenciais de 1945 onde concorria Eurico Gaspar Dutra, pelo PSD e Eduardo Gomes, pela UDN, onde o primeiro recebeu absolutamente todos os votos.

Alguns anos depois o próspero distrito foi elevado à categoria de cidade, criado com parte do distrito de Canabrava do Gonçalo (atual Uibaí), sendo desmembrado do município de Central, o novo município de Presidente Dutra, pela lei estadual nº. 1669 de 12 de abril de 1962, sendo instalado em 7 de abril do ano seguinte, com a posse do 1º prefeito eleito do município, o senhor Francisco Ferreira dos Santos.

Sua primeira e única lei orgânica foi criada em 1990, realizada pela Câmara de Vereadores municipal, então presidida pelo vereador Lelce Alecrim Mendes.

De acordo com a Lei Orgânica (1990), “O poder executivo é exercido pelo Prefeito municipal, auxiliado por secretários municipais” (p. 34). Dessa forma, atualmente o município conta com a administração pública do prefeito Dr. Agnelo Almeida Barreto e como vice-prefeito o senhor Ailton de Souza Filho. A prefeitura conta com a assessoria das seguintes secretarias municipais: Administração geral; Agricultura e meio ambiente; Saúde; Obras, urbanismo e transporte e Finanças.

Ainda de acordo com a Lei Orgânica (1990), “O poder legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta de vereadores” (p. 19). Atualmente, o município conta com os serviços de 9 vereadores.

Código do meio ambiente está contido na lei orgânica, no capítulo IX, o qual em seu artigo 109º prevê que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público Municipal e à coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (PRESIDENTE DUTRA, 1990. p. 43).

Dessa forma, podemos perceber que a própria Lei Orgânica do município, já prevê a preocupação com as gerações futuras. E partindo-se do princípio da divulgação, que prevê que todos tenham conhecimento da carta magna municipal, é necessário que a população local coloque em prática essa lei. No entanto, sabe-se que nem sempre todos têm acesso a esse tipo de informação. Portanto é preciso levá-la ao conhecimento de todos, para que o Desenvolvimento Sustentável venha a se efetivar.

2.2.1 A Pinha

Situado numa região localizada no semi-árido baiano, onde a agricultura foi durante muitos anos uma prática de subsistência, sem conseguir gerar excedentes capazes de desenvolver a economia da região, o município de Presidente Dutra começou a se destacar após a introdução do cultivo da Pinha na agricultura local, e posteriormente com o início de sua comercialização, em meados da década de 1970.

Trata-se de uma fruta originária das Antilhas, na América Central, introduzida no Brasil pelo governador Diogo Luís de Miranda, Conde de Miranda, na região do Recôncavo baiano, por volta de 1626, essa é a razão de também ser conhecida pelo nome de Fruta-do-

conde. No município de Presidente Dutra, a Pinha só chegou no início do século XX, pelos idos da década de 1930, trazida pelos tropeiros da região.

A pinha (*Annona squamosa*) é uma fruta pertencente à família das *Annonáceas*, e entre elas, é a de maior importância comercial, por possuir um sabor açucarado e levemente ácido.

A pinheira se aclimatou muito bem ao município e à região, encontrando as condições perfeitas para o seu desenvolvimento, o clima relativamente seco, baixa umidade relativa do ar, com altas taxas de luminosidade, solos profundos e naturalmente férteis, com uma boa drenagem interna proveniente de sua característica calcária, o que proporciona uma boa umidade interna, fazendo com que o solo retenha umidade durante o ano inteiro. Além disso, as características próprias da planta muito se assemelham com as do bioma da caatinga, sendo uma planta caducifólia que perde as suas folhas durante o período seco, e voltando a brotar emitindo um botão floral, pouco antes do período chuvoso (meados de setembro-outubro), não necessitando da chuva propriamente dita para realizar esse processo, sendo favorecida pela umidade retida no solo calcário. O período de produção vai de dezembro a maio.

Até meados da década de 1970 a pinha era produzida unicamente para o consumo doméstico, produzida nos quintais e pomares do município. A partir da década de 1970 é que essa planta começa a ser comercializada, com a instalação do primeiro depósito de compra de pinha em 1976, pertencente a um caminhoneiro e comerciante de frutas proveniente da cidade de Feira de Santana, conhecido como Cigano que comprava a pinha no município e levava para ser vendida inicialmente em Feira de Santana, e posteriormente em São Paulo e Rio de Janeiro.

A partir de então, a pinha passa a ser plantada nas roças, começando a disputar terreno com o feijão e o milho, até então os principais produtos da agricultura do município.

No entanto, como afirma o Professor João Neto², nesse período ainda não havia por parte dos produtores, uma preocupação técnica, com relação ao manejo adequado para essa cultura, como por exemplo, a poda, limpeza e etc. técnicas estas que hoje em dia se mostram fundamentais para o bem desenvolver da planta.

Nesse momento, a pinha já representava uma renda certa para os produtores, com a qual se podia contar, entretanto, não existia a preocupação de dar uma assistência adequada à uma cultura que dava retorno, isso é claro por falta de conhecimento.

² João José de Oliveira Neto é Engenheiro Agrônomo, trabalha na ADAB e é professor de física da rede estadual de ensino.

Somente a partir da década de 1980, mais precisamente em meados de 1985 é que a produção de pinha começa a se organizar no município, com a introdução da prática da irrigação, fazendo com que esse produto passe a ser produzido o ano inteiro, chegando a dar cerca de três colheitas por ano.

Com isso, os produtores passaram a investir mais nessa produção, juntamente com o apoio técnico da Secretaria de agricultura do município, a EBDA³, e ADAB⁴, que viram o potencial agrícola que possuía a pinha e começaram a promover cursos e palestras, incentivando a produção, assim como o ensinando o manejo adequado para o bem desenvolver da produção, como a poda, a polinização artificial, técnicas de irrigação, assim como de colheita e transporte adequados do fruto, que apresenta uma extrema sensibilidade, e pode se estragar facilmente quando não recebe os cuidados necessários.

Segundo informações do agrônomo João Neto e da EBDA, nos últimos anos a produção de pinha no município passou a se tecnificar de tal forma que hoje, o município virou referencia nacional nesse ramo de produção, e chega a exportar as técnicas adquiridas e até mesmo a mão-de-obra (qualificada e tecnificada nesse ramo) para outras regiões produtoras, como a Região do vale do São Francisco, Palmeira dos Índios em Sergipe e algumas cidades produtoras no Maranhão e São Paulo.

Atualmente no município, a produção de pinha ocupa cerca de 80% da área plantada, representando assim o principal produto da economia do município. Desse percentual, a produção irrigada já ocupa 35% da pinha plantada.

Dessa forma, pode-se afirmar que o município é muito pouco afetado quanto às questões de desemprego. Pois essa cultura requer muita mão-de-obra para o seu trato, gerando assim muitos empregos, direta ou indiretamente.

O resultado disso pode ser observado com uma considerável melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores, que tem trabalho certo o ano inteiro. Refletindo assim em todos os indicadores sociais, quando se observa, por exemplo, que o IDH do município é o maior da região 0,614 (SCINOCCA, 2008). Além disso, a educação é uma referência nacional, entre outros.

2.3. ASPECTOS SOCIOECONOMICOS

³ Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola.

⁴ Agencia Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia.

Diz respeito aos aspectos populacionais, sociais e econômicos que caracterizam o município de Presidente Dutra.

2.3.1 População

De acordo com o último censo demográfico realizado pelo IBGE no ano de 2007, o município de Presidente Dutra conta, até este ano, com uma população total de 13.822 habitantes, sendo cerca de 36% população urbana vivendo na sede do município, e 64% de população rural, divididas entre os 31 povoados do município.

Ainda segundo o IBGE em 2007 vivia no município cerca de 3.732 famílias residentes, o que dá uma média de 3,7 pessoas por família, vivendo num total de 3.392 domicílios particulares permanentes, o que dá uma média de quatro pessoas por residência.

A renda média mensal domiciliar é de R\$ 291,40. Já a renda média mensal individual é de cerca de R\$ 247, 64, o que comparado à renda média mensal no semi-árido baiano que é de apenas R\$ 130, 00, se mostra razoável, mais de 90% a mais do que no resto do semi-árido baiano, e bem acima do que é considerado básico pela ONU, que é de R\$ 130,00. (BRITO & SANTOS, 2006. P. 03).

2.3.2 Educação

De acordo com o artigo 91º do capítulo VI da Lei orgânica municipal (1990, p.38) “o município estimulará o desenvolvimento das ciências, da arte, das letras e da cultura em geral”.

Dessa forma, percebe-se que historicamente, o município possui uma extensa preocupação e investimento nesse setor, sendo reconhecido até mesmo a nível nacional pela qualidade de ensino que é dada a população local.

Recentemente, foi divulgado em diversos meios de comunicações, o resultado de uma pesquisa feita no ano de 2007, denominada “Redes de aprendizagem - boas práticas de município que garantem o direito de aprender”, realizada pelo Ministério da educação em

parceria com a UNICEF⁵, a qual lista 37 municípios, onde o município de Presidente Dutra aparece entre os 0,66% dos 5.564 municípios brasileiros onde o ensino público funciona.

Segundo dados dessa mesma pesquisa, o município possui um IDI⁶ de 0,74, muito acima do índice da Bahia, que é de 0,636.

Por conta desse estudo, o município recebeu o Selo “UNICEF - Município Aprovado”, que tem como objetivo reconhecer estímulo à organização e ao trabalho comunitário dos municípios que investem na educação. Fato esse muito comemorado pelo governo e população local, que vê os seus esforços sendo reconhecidos a nível nacional e até internacional, visto que a UNICEF é um órgão internacional.

São vários os fatores que dão ao município esse status, um deles é a questão territorial, visto que o próprio possui um território relativamente pequeno, e a proximidade entre os povoados e a sede proporciona um melhor planejamento e execução de políticas educacionais, como a utilização de transportes, entre outros.

Os dados do IBGE (2006) apontam que o município possui ao todo 27 estabelecimentos educacionais, sendo que apenas dois pertencem ao estado (uma de ensino médio e outra de ensino fundamental), 23 municipais (sendo 5 na sede e as outras 18 divididas entre os povoados), e 2 privadas. O número de matriculados nesse ano foi de 3.925 alunos, sendo 62% no ensino fundamental, 16,5% no ensino médio e 21,5% na pré-escola. O índice de analfabetismo ainda é considerado grande, cerca de 15%.

Atualmente, encontra-se instalado em sua sede um estabelecimento de ensino superior a distancia, a FTC⁷ - EAD⁸, que oferece 6 cursos na área de Licenciatura Plena (Biologia, Geografia, História, Matemática, Letras com Inglês e Normal Superior), a qual firmou convênio com a prefeitura municipal, através da Secretaria de Educação com o intuito de investir na formação dos professores municipais, o que contribui diretamente para uma melhoria na qualidade do ensino público municipal.

O município conta ainda com um programa da prefeitura que distribui bolsas em cursinhos pré-vestibulares aos alunos que melhor se apresentarem durante o ano letivo na rede pública de ensino municipal.

⁵ Fundo das Nações Unidas para as Infância.

⁶ Indicadores de Desenvolvimento Infantil.

⁷ Faculdade de Tecnologia e Ciências.

⁸ Ensino à Distância.

Além disso, dispõe de uma casa de estudante em Salvador, e ajuda financeiramente uma casa no Rio de Janeiro, Jacobina, e em Feira de Santana.

2.3.3 Rede de atendimento médico/hospitalar

O artigo 105º do capítulo VII prevê que “O município integra com a União e o Estado, o Sistema Único de Saúde (SUS), cujas ações e serviços públicos, na sua circunscrição territorial serão por ele dirigidos” (p. 4).

Dessa forma, os serviços de saúde são oferecidos gratuitamente pelo município, que segundo o IBGE (2006) conta com um total de 12 estabelecimentos de saúde, sendo o Hospital Municipal Mãe Luíza, o único hospital no município, e que dispõe de: 20 leitos para internação, atendimento médico, serviços de eletrocardiograma, Raios-X, emergência, obstetrícia, psiquiatria, cirurgia e traumatologia ortopedia.

Além do Hospital, existem também no município um Centro de Saúde, localizado na sede do município, que dispõe dos serviços de: atendimento médico básico, dentista, pediatria acompanhamento a gestante, diabéticos, hipertensos e outras doenças; um PSF (Posto de Saúde familiar) na vila de Campo Formoso que dispõe de atendimento médico e dentista; além de mais 9 postos de saúde nos povoados com maior número de habitantes.

Outros serviços são oferecidos pelo município, que conta ainda com uma casa de apoio em Salvador, para amparar os pacientes que necessitem de tratamento na capital. Conta ainda com 3 ambulâncias e 2 peruas que transportam pacientes para as cidades de Irecê, Xique Xique e Salvador.

2.3.4 Saneamento básico e Serviços de energia

O abastecimento de água tratada é proveniente da barragem Mirorós, que é realizado pela EMBASA⁹, sendo feito em praticamente todos os povoados.

⁹ Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A

Já os serviços de esgoto sanitário, também realizado pela EMBASA, só é feito na sede, e ainda assim, somente nas principais ruas da cidade. Como não existem rios na sede, esse esgoto é depositado no subsolo, fato esse que pode causar a contaminação do lençol freático e do solo.

A distribuição de energia é regular em praticamente todos os povoados do município. Atualmente, o programa Luz para Todos do Governo federal¹⁰, tem estendido o acesso à energia elétrica a todos os estabelecimentos rurais onde existam famílias residindo, o que além de melhorar a qualidade de vida dessas famílias, tem ajudado no desenvolvimento agrícola do município, já que as propriedades rurais por onde passam essa rede de distribuição podem solicitar a instalação em sua propriedade para uso na irrigação, como fonte de energia para puxar a água dos poços perfurados, utilizada para irrigar a produção, principalmente a pinha.

2.3.5 Uso e ocupação dos solos

A Lei Orgânica municipal de abril de 1990, em seu capítulo III, artigo 14º, parágrafo XIV prevê como competência do município “Planejar e controlar o uso, o parcelamento e a ocupação do solo em seu território, especialmente o de sua zona urbana.” (p. 12) e no parágrafo XXXVI, ensiso § 2º diz o seguinte:

As normas de edificação, de loteamento e arruamento deverão exigir reserva de áreas destinadas a:

- a) Zonas verdes e demais logradouros públicos;
- b) Vias de tráfego e de passagem de canalizações públicas de esgotos e de águas pluviais;
- c) Passagem de canalizações públicas de esgotos e de águas pluviais nos fundos dos lotes obedecidas às dimensões e demais condições estabelecidas na legislação;

[...]

¹⁰ Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos. Coordenado pelo Ministério de Minas e Energia com participação da Eletrobrás e de suas empresas controladas. A ligação da energia elétrica até os domicílios é gratuita.

§ 4º - A política de desenvolvimento urbano, com o objetivo de ordenar as funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes, deve ser consubstanciada em Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, nos termos do art. 182. § 1º, da Constituição Federal. (PRESIDENTE DUTRA, 1990. p. 14)

Embora a lei orgânica do município, de abril de 1990, preveja a construção do Plano Diretor para uso e ocupação dos solos, o município até a presente data ainda não possui esse documento, uma vez que, amparado pela mesma lei citada acima, que obriga apenas os municípios com número igual ou superior a 20 mil habitantes têm obrigação de possuir o Plano Diretor.

O que o município possui é um orçamento participativo, que ainda está em fase de discussão, e ao qual não podemos ainda ter acesso.

2.3.6 Estrutura fundiária

A estrutura agrária do município apresenta uma característica bastante incomum no resto da Bahia e do Brasil como um todo, que é a ausência de latifúndios, predominando os minifúndios, que de acordo com o INCRA¹¹, diz respeito à “ imóvel rural com área inferior a um módulo fiscal ” módulo esse que segundo a lei nº. 4504 de 30 de novembro de 1964 do Estatuto da Terra, estabelece o módulo rural ou fiscal como padrão da propriedade familiar, e o define como “ unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada região módulo ou padrão que deve corresponder à propriedade familiar ” (BRASIL, 1964 *apud* ALMEIDA&RIGOLIN, 2005. p. 383).

A área do módulo rural varia de acordo com as características ecológicas e econômicas da região, dessa forma, a microrregião de Irecê possui um módulo rural correspondente a 25 hectares, enquanto que o município de Presidente Dutra possui um módulo de apenas 8 hectares, o menor da região e está entre um dos menores da Bahia.

Há cerca de 20 anos atrás, ainda existiam raríssimos latifúndios (2), com área aproximada de cerca de 100 hectares, que pertenciam a dois senhores: uma estava localizada na região norte do município, e incluía terras entre os povoados de Veredinha, Carros e Araçatuba no município, além de pegar certa quantidade de terras no município de Central, pertencente ao já falecido senhor Altino Cambuí; o outro latifúndio pertencia ao senhor Lili Barreto (pai do atual prefeito), localizada na região sul do município, compreendia os povoados de Campo Formoso, Alto Bonito, além de pegar uma parte do município de Irecê.

¹¹ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Órgão ligado ao ministério do Desenvolvimento Agrícola

Atualmente, esses latifúndios já não existem mais, não na mesma proporção, uma vez que esses senhores, um deles já falecido, tiveram que dividir as terras entre os seus herdeiros, e esses voltaram a dividir, ou vender partes. O certo é que atualmente no município, não existem latifúndios.

Essa característica do município deve-se à própria forma como o município foi ocupado e povoado, em sua maioria por trabalhadores rurais que ocupavam somente as áreas em que podiam cuidar com a sua família, além é claro do tamanho da área do município, que é de 244 km², sendo um dos menores da Bahia. Além disso, o aumento da população ao longo dos tempos, fez com que ocorresse no município uma reforma agrária natural, fazendo com que o município possua hoje o menor módulo rural da região e da Bahia.

Dessa forma, a agricultura no município é baseada na agricultura familiar, estabelecida numa pequena propriedade. E na produção de pinha isso é ainda mais comum, uma vez que para se produzir pinha não são necessárias grandes áreas.

2.3.7 Produção agrícola e extrativa

De acordo com o Censo Agropecuário divulgado pelo IBGE (2006), o município possui o equivalente a 1640 estabelecimentos agropecuários, com uma área total de 11309 hectares. Desse, 2169 com área de lavoura, 1229 com área de pastagem natural, 106 com área de matas e florestas, com um total de 994 hectares.

Ainda de acordo com o IBGE (2006) no município destacam-se as criações de bovinos, caprinos, suínos, ovinos e aves. Sendo muitos desses animais provenientes do programa Terra Fértil do Governo da Bahia, que em 2004 distribuiu algumas matrizes desses animais a agricultores familiares do município.

Na agricultura, temos a produção de: frutos como Banana, coco, limão, manga; extrativa como sisal (agave) e umbu; Grãos como feijão, mamona, milho, sorgo; e tubérculos do tipo da mandioca.

Esses dados foram extraídos do censo agropecuário do IBGE, realizado nos anos de 2006 e 2007, encontrado no site cidade@¹² o qual nos causou grande estranheza ao constatar

¹² <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm> Acesso em 20 fev. 2008.

que a fruta pinha não aparece nos formulários desse censo agropecuário, deixando uma lacuna na produção agrícola do município, que tem nesse fruto o seu principal produto agrícola.

Nesse sentido, a Conferência Estadual de meio Ambiente (2005) apresenta como objetivos em seu documento de Deliberações no capítulo 4.36. “Atualizar os índices agropecuários do IBGE com inclusão de novas culturas” (p. 22).

Ainda segundo o site citado acima, o município teve em 2005, o PIB a preço de mercado corrente no valor de R\$ 32564,00. Desse total, o valor adicionado na agropecuária foi de R\$ 5951, 00, o que representa cerca de 18%.

2.3.8 Atividade industrial

O setor secundário da economia não é muito bem desenvolvido no município, por falta de interesse e de incentivos e ausência de políticas públicas nesse setor.

Uma vez que o município possui um enorme potencial industrial no ramo do beneficiamento de frutas, principalmente da pinha, a qual já são produzidos (caseiramente) polpas, sorvetes, doces, geléias dentre tantas possibilidades que poderiam ser mais exploradas no município.

Ainda assim, existem atualmente no município 2 pequenas fábricas, uma é a Tubaína Tropical, que está em funcionamento, e a outra é a Fábrica Comunitária de Polpa de Frutas, a qual foi idealizada pela decadente¹³ COOPERFRUT¹⁴, e financiada pela prefeitura associada a alguns órgãos estaduais e federais. Contudo, ainda não está em funcionamento, mesmo possuindo todo o maquinário necessário e até mesmo um caminhão baú refrigerado.

Essas fábricas atuam na sede do município, gerando poucos empregos, que pagam pouco a seus funcionários, não chegando a atrair muito interesse dos trabalhadores, já que o trabalho no depósito e nas plantações de pinha rende muito mais do que nessa fábrica.

Como já foi citado acima, em 2005, o IBGE divulgou o PIB do município, que naquele ano correspondeu a R\$ 32564,00 a preço de mercado corrente, enquanto que a participação da indústria foi de apenas R\$ 5951,00, cerca de 11% do PIB total.

¹³ Ver capítulo 3. Tópico 3.3.5, página 67.

¹⁴ Cooperativa dos Produtores de Fruta de Presidente Dutra.

2.3.9 Comércio e serviços

O comércio do município, assim como as demais cidades do interior nordestino é pequeno, porém com relação às demais cidades da microrregião ele se mostra bem desenvolvido, girando em torno da agricultura.

No comércio do município podem ser encontrados desde supermercados, lojas de confecções, calçados, tecidos, materiais de construção e elétrico, moveis e eletrodomésticos, açougues, armarinhos, cerealistas, atacadistas, bares, lanchonetes, restaurantes, clubes, entre outros.

Os depósitos de pinha possuem um papel importantíssimo para o comércio e economia local, uma vez que além de negociar a produção de pinha do município e dos municípios vizinhos, eles são responsáveis pela geração de muitos empregos diretos e indiretos, gerando renda que movimenta o comércio local e regional.

O comércio em geral, gera muitos empregos para o município, mas como não poderia deixar de ser, pagam muito pouco a seus funcionários, sendo raros os que pagam salário mínimo e assinam a carteira de seus funcionários.

A participação do setor de serviços no PIB do município, em 2005 foi de R\$ 22013,00, cerca de 67,6% do total, o que o coloca com uma grande importância na economia do município. No entanto, é preciso lembrar que grande parte desse montante está relacionado à produção de pinha, uma vez que os Depósitos de Pinha são um dos responsáveis por esse valor, uma vez que ele está inserido no setor terciário da economia, o setor de serviços.

Dessa forma, a pinha é responsável por movimentar todos os setores da economia municipal, daí a sua importância para o município, e para esse trabalho.

2.3.10 Acesso aos bens culturais e opções de lazer

A cultura do município como um todo, é bastante variada, com heranças coloniais portuguesas, como as festas religiosas; indígenas e africanas, além de sofrer influências

estrangeiras, influenciadas principalmente pela mídia. Além é claro de ter, ao longo de sua história, ter construído sua própria identidade cultural local.

Muitas das festas culturais do município estão ligadas à religião, principalmente ao catolicismo, que tem muitas de suas datas e santos festejados em todo o município. Com isso, têm-se os festejos de: São Sebastião, uma festa tradicional do povoado de Ramos, além das também tradicionais, ressurreição de Cristo, São João e festa de Reis e; São José no povoado de Canoãozinho; Santo Expedito em Zumba, São Pedro, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, N.S. da Conceição, e Santa Luzia na sede do município; N. S. de Aparecida em Baixa Verde e Sapecado; entre tantas outras.

Na sede do município, existe um calendário de festas tradicionais, distribuídas ao longo do ano, como as tradicionais: lavagem da Pinha em 1º de janeiro; o São Pedro em Junho; o baile de debutantes em outubro; as festas de formatura em dezembro; e a mais importante e tradicional de todas, que é o aniversário da cidade em 12 de abril, que reúne em uma única festa, várias comemorações, como o Micapinha (micareta da pinha), aniversário da cidade e Rainha da Pinha, que elege a mais bela garota para representar a beleza da cidade rainha.

Essa festa reúne pessoas de toda a região de vários lugares do estado e até do país. Nos últimos dois anos vem contando com o apoio e patrocínio da Secretaria estadual de turismo, através da BAHIATURSA¹⁵.

Quanto às opções de lazer, a cidade é bem servida. Além de contar com o serviço de diversos bares, lanchonetes, pizzarias, possui três clubes com piscina, e uma danceteria que é o *Point* da cidade, a *Garage Paradise Dance*.

As praças do Comércio, da Matriz e Lia Barreto são bem movimentadas, onde estão localizados a maioria dos estabelecimentos citados acima.

Os povoados também possuem grande importância quanto às opções de lazer, muitos deles são bastante movimentados nos finais de semana, como é o caso dos povoados de Ramos e a vila de Campo Formoso, entre outros.

2.3.11 Principais eixos viários

¹⁵ Empresa de Turismo da Bahia.

O acesso à cidade é feito pela BA-052, popularmente conhecida como “Estrada do Feijão”, que liga o município de Xique-Xique a Salvador. Em torno do km 104, sentido Xique-Xique - Salvador, está localizado o contorno que dá acesso à BA-805, ligando essa estrada aos municípios de Presidente Dutra e Uibaí, onde a sede do município de Presidente Dutra se encontra em torno do km 11, sentido contorno - Uibaí.

As condições desta estrada - como acontecem em toda região e até mesmo na Bahia - não são muito boas, encontrando-se aí muitos buracos, em alguns trechos o asfalto nem existe mais problema este que além de ser um transtorno para a população, quanto ao atraso no transporte de passageiros, representa um problema para o transporte da pinha, que é um produto perecível.

Muitos desses problemas são devidos à falta de planejamentos mais precisos na hora de construir as estradas, aliados a utilização de material de baixa qualidade e problemas de falta de manutenção por parte do poder público, no caso o estadual que é responsável por essas estradas, e o municipal, a quem cabe fiscalizar a sua utilização, como está registrado no capítulo III, seção I, artigo 14º parágrafo XXVII da lei Orgânica Municipal, que prevê como competência do município “disciplinar os serviços de carga e descarga, bem como fixar a tonelada máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais.” (p.13).

Dessa forma, sem a fiscalização os transportes, principalmente os de carga que transportam entre outros produtos, gêneros agrícolas, principalmente a pinha, acabam excedendo o peso máximo permitido, o que vem a contribuir para o esburacamento das estradas.

Existem também as estradas vicinais que ligam a sede do município aos povoados, a exceção da vila de Campo Formoso que é asfaltada, as demais estradas são de chão, muitas delas com cobertura de cascalho em bom estado, mas algumas são intransitáveis, principalmente no período chuvoso, o que gera um transtorno para os habitantes que aí residem.

2.3.12 Aspectos turísticos

O município não é bem servido de belas paisagens naturais como serras, rios e cachoeiras que atraem o turismo para o local. A paisagem típica do município é a caatinga,

com presença de alguns riachos que quando no período chuvoso, transformam-se em uma paisagem exuberante. No entanto, no restante do ano apresenta uma paisagem “menos bonita” que as citadas acima.

O turismo não é muito forte no município, apenas no período do aniversário da cidade ele aumenta, com a visitação de muitas pessoas que vem participar da festa.

No entanto, de acordo com informações dadas pela Prefeitura municipal, recentemente a secretaria de turismo da Bahia, através da Bahiatursa, tem procurado o município no intuito de desenvolver projetos voltados para o agroturismo, com a inclusão de roteiros como: visitação das plantações de pinha, a fim de mostrar o potencial local do município nesse setor, principalmente através da produção orgânica já realizada por alguns agricultores.

Dessa forma, o turismo no município poderia se desenvolver, uma vez que o agro e ecoturismo vêm se mostrando como um recurso muito atrativo no ramo do turismo, e quando se trata de agricultura orgânica, essa importância é ainda mais valorizada.

2.4 ASPECTOS BIOFÍSICOS

Estão relacionados aos aspectos físicos que se mostram relevantes para entender a opção pela produção da pinha que fazem com que o município seja o maior produtor de pinha.

2.4.1 Aspectos Climáticos

O clima do município, assim como em quase toda a região nordeste é semi-árido, quente e seco, com temperaturas que variam entre 22° a 30° C, com chuvas irregulares e mal distribuídas durante o ano, ocasionando longos períodos de estiagem, que podem chegar a oito meses por ano.

O período chuvoso, geralmente ocorre entre os meses de novembro a abril, porém, nos últimos anos esse período vem sofrendo profundas alterações, em decorrência do fenômeno climático do aquecimento global, que vem alterando o clima no mundo inteiro.

E, no caso da região estudada, as previsões se mostram bastante pessimistas, com a previsão de que o período chuvoso vai diminuir ainda mais, e aliado ao uso incorreto e inconseqüente dos solos, pode vir a causar a desertificação em alguns lugares da região.

2.4.2 Geologia e Geomorfologia

A região de Irecê está situada num planalto residual na borda oeste da chapada diamantina, que sofreu erosão com o tempo e se intemperizou, transformando-se num planalto residual, com altitudes modestas variando em torno dos 600 a 800 metros de altitude em relação ao nível do mar. (OLIVEIRA&VEIGA, s.d, p. 5).

A geomorfologia local está relacionada aos processos de erosão e formação do planalto, que está assentado acima de uma rocha matriz calcária, ou cárstica como denominam os geomorfólogos, que são constituídos de minerais carbonáticos como a calcita. Essa característica da geomorfologia da região pertence ao Grupo Una, localizado na região central da Bahia, rico em lençóis freáticos, uma vez que essa característica calcária facilita a percolação da água e a existência de aquíferos. (ARAÚJO, 2004, p.75)

O município de P. Dutra apresenta em sua maior parte, um relevo plano, com a presença de alguns picos de elevação, onde a rocha matriz calcária aflora os chamados “altos de pedra branca”, como costumam chamar os moradores. As altitudes variam em torno dos 600 m de altitude, podendo chegar a 750m nesses picos de elevação.

2.4.3 Pedologia

O solo do município de presidente Dutra, possui características comuns ao resto da região, predominando os solos do tipo Latossolos Vermelho Amarelo e Preto Argiloso.

No entanto, ele dispensa algumas características dos demais latossolos, uma vez que estando localizado numa região semi-árida com escassez de chuvas, ele conserva os seus nutrientes, o que o enriquece diante dos demais solos, não necessitando de serem corrigidos

nem frequentemente adubados com produtos químicos, pois este é naturalmente adubado e produtivo, rico em fósforo, sais minerais como o potássio, o magnésio e o cálcio.

Este último é formado a partir da rocha matriz, que é calcária e rica nesses nutrientes. Dessa forma, esses solos possuem uma particularidade, são profundos, e por serem ricos nesse material calcário, conserva bem a umidade, é bem drenado e ventilado, condições estas que fazem do solo do município o solo ideal para o cultivo da pinha.

2.4.4 Recursos hídricos

O município, como a região, faz parte da bacia hidrográfica do São Francisco, mais precisamente localizada no município na sub-bacia da região de Irecê, Rios Verde e Jacaré.

Assim como o resto da região, o município possui um subsolo riquíssimo em lençóis freáticos, “acumuladas no substrato calcário da formação Bambuí, caracterizados pela elevada concentração de carbonatos consideradas águas salobras”. (OLIVEIRA & VEIGA, s.d). Esse lençol freático é a principal fonte da água utilizada na irrigação da pinha, fator esse que faz com que a pinha seja produzida o ano inteiro no município.

Em sua superfície, o município é pobre em recursos hídricos, não possui rios perenes, apenas alguns pequenos riachos intermitentes, que só se apresentam perenes nos meses de chuva, passando a maior parte do ano secos ou com pequenas poças concentradas em determinados trechos de seu curso, quando não secam por completo, como o Riacho Baixão de São Gabriel, que corta o município á norte, e o Riacho do Juá Velho, a sul do município.

No final da década de 70 e início de 80, o governo federal através da CODEVASF¹⁶ e dos já extintos DENOCS¹⁷, SUDENE¹⁸ e MINTER¹⁹, lançou um projeto de perenização de rios nordestinos. No município foram construídas três barragens no curso do Baixão: uma no povoado de Araçatuba, e duas no povoado de Aguadinha.

¹⁶ Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco.

¹⁷ Departamento Nacional de Combate à seca.

¹⁸ Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

¹⁹ Ministério do Interior.

Entregues no ano de 1983, essas barragens tinham como objetivo perenizar o curso do riacho, e armazenar água para a população carente dessas localidades. No entanto, a falta de estudos mais eficazes, quanto à localização e ao tipo de solo da área beneficiada, fez com que esses objetivos não fossem alcançados. Uma vez que o solo sedimentar, asentado em cima de uma rocha matriz calcária, com grande facilidade de infiltração fez com que a água represada não durasse por muito tempo em superfície, secando assim que cessassem as chuvas, justamente no período em que a população mais necessitava.

Além disso, a alta evaporação, típica de clima semi-árido e quente, e a rocha calcária rica em sais carbonatos deixam a água carregada de sais minerais, o que a torna salgada e imprópria para o consumo humano.

Dessa forma, a água armazenada durante o curto período de chuvas, serve apenas para o consumo animal, e atualmente vem sendo utilizada por alguns produtores de pinha para irrigar a produção desse fruto, no entanto como ela dura pouco tempo armazenada em superfície, seria necessário que se fizessem novas obras visando um melhor sistema de armazenamento.

2.4.5 Vegetação

A vegetação presente no município, assim como em toda a região semi-árida, é a caatinga, formada por pequenas árvores esparsas, como: o Juazeiro, a Aroeira, a Algaroba, o Umbuzeiro, Angico, entre outros; arbustos como o Sanjoeiro, Xiquexique e Quebra-facão; cactáceas como o Mandacaru, a cabeça-de-frade entre outras, ambas com características comuns como a presença de espinhos e folhas xerófitas, adaptadas á escassez de água, as quais armazenam em suas raízes como o Umbuzeiro, ou em seu caule como a Barriguda.

Além dessa vegetação arbórea e arbustiva, o sertão possui uma imensa vegetação rasteira, como gramíneas e ervas como o Malvão, Fedegoso, muitas delas com um excelente valor medicinal como a Alfavaca, umburana, quebra-facão, entre outras tantas utilizadas na medicina doméstica de muitas pessoas.

A vegetação da caatinga é do tipo Caducifólia, que perdem as suas folhas durante o período de seca, voltando a brotar assim que recomeça o período chuvoso, característica essa que muito se assemelha com a pinheira, que mesmo não sendo nativa da região, possui

algumas características parecidas com a vegetação nativa, como o fato de também ser caducifólia, e também voltar a brotar pouco antes das primeiras chuvas.

No entanto, na década de 70, o governo do presidente Emílio Garrastazu Médice lançou na região de Irecê o programa Pró-feijão, programa federal que visava o desenvolvimento agrícola da região a partir do plantio do feijão. Para isso, o governo financiava desde a compra das terras, o desmatamento da área, as sementes e garantia o preço para a safra.

Com isso, cerca de 3 milhões de hectares de caatinga foram desmatadas na região. Por se tratar de um bioma frágil, a caatinga nativa quase foi extinta na região, cidades como Ibititá (município que faz fronteira com Presidente Dutra a sul) teve cerca de 98% de sua caatinga devastada. Em Presidente Dutra, essa situação não é muito diferente, cerca de 80% de sua vegetação nativa foi desmatada.

Esse fato representa um enorme impacto ambiental para a região e para o município, contribuindo localmente para o fenômeno atmosférico do aquecimento global. Além é claro de contribuir significativamente para o problema hidrográfico, pois as principais áreas desmatadas são aquelas próximas aos vales, no leito dos riachos, as matas ciliares que por serem mais úmidas são preferidas para o plantio. Além disso, essas áreas desmatadas estão sujeitas à desertificação dos seus solos.

Contudo, a partir da análise realizada nesse capítulo a respeito da caracterização do município, fica claro a importância da produção de pinha para o município, assim como os aspectos biofísicos que fazem do município o maior produtor do gênero em todo o país, ou como diz o próprio título ostentado pela cidade “A Capital Mundial da Pinha”.

3. AS POSSIBILIDADES REAIS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O presente capítulo tem como objetivo analisar as possibilidades que o município possui para efetivar um Desenvolvimento Sustentável de sua economia, levando-se em consideração os quatro pilares de sustentação do D.S que vão ser: socialmente justo, economicamente viável, ecologicamente sustentável e culturalmente aceito. Assim como abordando os indicadores de sustentabilidade abordados no primeiro capítulo, que são equidade, eficiência, adaptabilidade e atenção às gerações futuras.

Dessa forma, dividimos a análise em 5 partes, nas quais analisaremos os pontos fracos, pontos fortes, oportunidades, riscos e prognósticos.

3.1 PONTOS FORTES

Estão relacionados aos fatores já existentes no município e que podem vir a contribuir para a efetivação do desenvolvimento Sustentável.

3.1.1 Fatores biofísicos que possibilitam a produção

Como já foram apontados no capítulo anterior, os fatores biofísicos como clima, solo, relevo, hidrografia, entre outros, que favorecem a produção de pinha no município.

Como afirma o professor João Neto, a pinha encontrou em Presidente Dutra as condições ideais para se desenvolver, condições essas que ela não encontrou em nenhum outro lugar.

Fatores como o solo calcário profundo que proporcionam uma boa drenagem interna, aliada à presença de argila que faz com que ele retenha umidade. Aliado ao clima seco e à baixa umidade relativa do ar, com altas taxas de luminosidade solar, que faz com que o sol incida diretamente (e o ano inteiro) sobre a planta, facilitando no processo de fotossíntese.

Uma das principais exigências da pinha, é que ela não suporta umidade excessiva, que faz com que ela apresente fungos, além de acelerar o processo de maturação do fruto ainda no pé, o que não é interessante para os produtores.

O relevo também contribui muito para a produção da pinha, uma vez que o município apresenta em sua maior parte, um relevo plano, com a presença de alguns picos de elevação, onde a rocha matriz calcária aflora os chamados “altos de pedra branca”, como costumam chamar os moradores, onde a produção de pinha também se desenvolve bem.

A hidrografia (interna) do município também auxilia, uma vez que o subsolo é rico em lençóis freáticos armazenados abaixo da rocha calcária, da formação Bambuí. Esse lençol é muito utilizado como fonte de água para a molhação da pinha, principalmente nos meses de seca, de junho a novembro, o que proporciona ao município produzir pinha o ano inteiro. Com isso, o produtor pode alcançar um preço melhor nesse período de entressafra, período no qual os preços costumam subir pela baixa oferta e grande procura do produto no mercado.

Dessa forma, percebe-se a importância dos fatores biofísicos contribuindo para que o município de Presidente Dutra seja o maior produtor de pinha do mundo.

3.1.2 Garantia de Emprego e renda para os trabalhadores

Como já foi tratado em capítulo anterior, na produção de pinha (em todas as fases de produção e comércio), existe uma demanda muito grande de mão-de-obra. O sistema de divisão do trabalho relacionado à pinha no município, divide-se basicamente em três setores: o primário, na produção em si; o secundário ligado ao beneficiamento da produção, que nesse caso se restringe ao embalamento da pinha; e o terciário, o setor de serviços, ligados

principalmente à comercialização da pinha, além de uma economia paralela, ligada indiretamente à pinha, no comércio local.

O setor primário diz respeito aos empregos que são gerados no campo, o qual requer uma grande quantidade de trabalhadores rurais, uma vez que possui muitos trabalhos a serem realizados. A oferta de trabalho vai desde: a limpeza do terreno, plantação das mudas, molhação, adubação, poda, a retirada das flores (muitos produtores preferem as mulheres para esse serviço), polinização artificial, seleção dos frutos ainda na planta, colheita, pulverização (contra pragas).

O setor secundário está ligado ao beneficiamento da produção, que no município ainda não está muito bem desenvolvido, e se restringe apenas ao processo de embalagem da pinha, que é realizado nos depósitos de pinha, e que requerem uma grande quantidade de trabalhadores, uma vez que é no depósito onde a pinha é preparada para ser comercializada (*in natura*).

No depósito, a pinha é separada por tamanho, e classificada por tipo (1, 2, 3 e birita²⁰), em seguida ela é limpa, embalada e armazenada nos caminhões, de onde serão transportadas para o seu destino. Muitos dos donos de depósito são também os donos dos caminhões e responsáveis pelo transporte, alguns são sócios de lojas nos CEASA²¹, de diversos lugares na Bahia ou em outros estados, onde a pinha é comercializada.

No depósito, é necessário uma grande quantidade de trabalhadores que vão desde: colheita e transporte (no campo), selecionadores, limpeza do fruto, embalador, carregador e motorista do caminhão (no caso dos depósitos que são donos do transporte).

Além desses, o depósito requer ainda os serviços de gerente comercial (quando não é realizado pelo próprio dono), secretário, supervisor, e os fazedores de caixa de madeira, quando utilizada pelo depósito.

No caso das caixas de madeira, os depósitos que ainda utilizam esse recurso, costumam terceirizar esse serviço. Durante algum tempo atrás esse foi um tema que causou polêmica no município e até na região, uma vez que quem eram os responsáveis por fabricar essas caixas, em sua maioria eram menores de idade, fato esse que gerava uma discussão em torno da exploração do trabalho infantil. O próprio Juizado de Menores acabou proibindo e ameaçando punir o depósito que descumprisse a lei.

²⁰ Nome dado à pinha de menor tamanho e qualidade, a qual é comercializada por um valor inferior das demais.

²¹ Central de Abastecimento S. A, ligado à secretaria de agricultura e comércio dos estados brasileiros.

No entanto, a polêmica foi lançada no sentido de que, praticamente toda a opinião pública do município não via inconveniência nesse tipo de trabalho, uma vez que os menores realizavam esse trabalho em período oposto à escola, e ganhavam por produção, o que segundo depoimento do Dr. João Neto, representava um estímulo à aprendizagem do trabalho, um trabalho saudável, uma vez que além dos pais, que trabalhavam na produção e comércio da pinha, os filhos também ganhavam o seu dinheiro, que poderia ser utilizado para o lazer, na educação e outros gastos, que geralmente saíam do bolso dos pais, dessa forma, o trabalho dos filhos representava uma economia para os pais, que investiam o dinheiro que sobrava na melhoria da qualidade de vida da família.

No entanto, o Juizado de Menores alegava, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, que estabelece que menores de 16 anos não podem trabalhar, exceto os maiores de 16 anos que podem trabalhar como aprendizes, o que segundo eles, não se tratava do caso do município. Além disso, eles alegavam ainda que se tratava de um trabalho que envolve risco à integridade física do menor, já que utiliza de martelo e prego para pregar as caixas de madeira.

Enfim, o trabalho foi proibido e os donos de depósito tiveram que buscar uma solução para o problema, uma vez que não existe mão-de-obra disponível no município para a realização desse serviço, o que acabou influenciando a utilização de caixas de papelão e caixotes de plástico, o que segundo os comerciantes é o mais viável, no entanto não é o ideal, uma vez que as antigas caixas de madeira são as mais indicadas para o transporte de pinha, por serem mais abertas e ventiladas, ao contrário das outras que aquecem muito o produto, isso devido ao material utilizado.

A caixa de papelão, por ser fechada contribui sensivelmente para o aquecimento do fruto, acelerando a sua maturação. Já o caixote de plástico, por armazenar uma grande quantidade de frutos, cerca de 80, o que também contribui para o aquecimento e conseqüente maturação prematura do fruto, além de deformar, por conta do peso dos demais frutos.

Quanto ao problema da falta de mão-de-obra, no município durante o período de colheita da pinha (de janeiro a maio), a mão-de-obra disponível é praticamente zero, uma vez que todos estão trabalhando direta ou indiretamente com a pinha, chegando ao ponto de nem mesmo os garis que varrem e recolhem o lixo da cidade serem do município, durante algum tempo, a prefeitura teve que trazê-los de municípios vizinhos. Atualmente, com o reconhecimento da carreira, através de concurso público, eles já são do município.

O setor terciário da economia, correspondente ao setor de serviços, do qual faz parte o comércio, que também é bastante beneficiado com a produção de pinha, uma vez que a pinha faz circular dinheiro no comércio local, que conseqüentemente vai gerar mais empregos no comércio, sem contar que os próprios depósitos de pinha fazem parte do setor terciário, de comercialização do produto.

Com isso, podemos perceber o potencial em geração de emprego que a produção e comercialização da pinha representa para o município de Presidente Dutra.

3.2 PONTOS FRACOS

Estão relacionados aos fatores que existem no município, e que representam uma ameaça à efetivação do desenvolvimento Sustentável.

3.2.1 Uso indiscriminado de produtos químicos

Um dos, se não o principal ponto fraco no Desenvolvimento agrícola Sustentável do município, está relacionado ao uso indiscriminado de insumos químicos na produção de pinha.

Esse uso está diretamente ligado ao uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, que na maioria das vezes é feito sem a orientação agrônômica, uma vez que para a produção de pinha no município não se faz tão necessário a utilização desses produtos.

Isso porque, como já foi tratado anteriormente, o solo do município é naturalmente fértil, rico em sais minerais como Potássio Cálcio e Fósforo, isso sem falar do Cálcio, proveniente da rocha matriz, que é ideal para o cultivo de pinha. Com isso, o solo não necessita de correção. Quanto à adubação, a mais indicada é orgânica, que pode ser realizada utilizando-se uma leve camada de esterco, talos e folhas vegetais provenientes do próprio terreno, manejo esse que já contribuiria muito para a fertilização do solo. Além disso, é possível produzir o Biofertilizante, fabricado à base de matéria orgânica²². No entanto, os produtores locais ainda insistem na utilização de adubos e fertilizantes químicos, que podem vir a contaminar o solo, o lençol freático e o meio ambiente como um todo.

²² Ver tópico 2.2.1, p. 28

Quanto aos agrotóxicos, o consumo deste produto vem crescendo muito no município nos últimos anos, principalmente após a introdução da irrigação no cultivo da pinha, uma vez que a partir daí houve o surgimento de novas pragas que ameaçam a produção.

A maioria dos produtores que fazem uso de agrotóxicos, o fazem sem a orientação adequada, e o pior sem o conhecimento da ADAB, órgão encarregado de controlar e fiscalizar a utilização desses produtos.

De acordo com o depoimento dado pelo Dr. João Neto, não existe no Ministério da Agricultura nenhum registro de agrotóxico estudado e produzido exclusivamente para a pinha, dessa forma, os produtos que estão sendo utilizados são totalmente irregulares, muitos deles, como é o caso do Politrin, são fabricados para os cultivos de gêneros hortigranjeiros como o tomate, a cebola entre outros. No entanto esse tipo de produto é utilizado na pinha, sem qualquer orientação nem cuidado, expondo o produto e o próprio meio ambiente a um sério risco de impacto ambiental por contaminação.

Outro problema seríssimo relacionado ao uso de agrotóxicos, é que além de matar as pragas, eles matam também os insetos que são benéficos à planta como os insetos polinizadores e os que se alimentam das pragas, quebrando a cadeia alimentar relacionada a esses insetos, além disso, os insetos prejudiciais à planta com o tempo podem adquirir resistência ao agrotóxico, obrigando o produtor a trocá-lo por um mais potente, e conseqüentemente mais impactante.

Alem dos problemas já citados, existe ainda o problema do tempo de carência desses produtos, que variam de 7 a 15 dias, no qual a pinha não pode ser consumida nem mesmo manuseada sob o risco de causar intoxicação a quem o fizer, o que na maioria das vezes não é respeitado pelo produtor. Por conta disso, alguns trabalhadores rurais já sofreram casos de intoxicação, leve, mas prejudicial à saúde, o que os obrigam a deixar o trabalho no campo, uma vez que os resíduos produzidos pelo veneno ficam acumulados no organismo humano, podendo vir a provocar sérios problemas, como o câncer, por exemplo.

Esses problemas poderiam ser facilmente resolvidos se os produtores fizessem uso de produtos orgânicos. Mas para que isso ocorra, é necessário que o poder público municipal, através dos seus órgãos competentes promova a conscientização desses agricultores para os perigos dos produtos químicos tanto para o meio ambiente, quanto para a saúde humana, mostrar as vantagens dos orgânicos, que são mais saudáveis e baratos que os químicos, e

capacita-los para a produção e o uso destes, além é claro de punir aqueles que insistirem nos produtos químicos, principalmente aqueles que conhecem os riscos e mesmo assim o fazem.

3.2.2 Falta de controle da perfuração de poços e no uso insustentável da água subterrânea

Outro problema seríssimo que ameaça o Desenvolvimento Sustentável do município está ligado à falta de controle na perfuração de poços artesianos e na utilização da água proveniente do lençol freático.

A Secretaria de Recursos Hídricos da Bahia - SRH é o órgão que regula e fiscaliza a utilização desse recurso no estado, inclusive a subterrânea. Para a utilização desse recurso é necessário pedir a SRH a Autorga d'água²³, para a qual são exigidas algumas informações como a geologia local, vazão do poço distância mínima entre outros poços e o tipo de cultura a que se destina a água, entre outras informações que devem ser dadas com o aval de um geólogo, sem o qual não é possível perfurar (legalmente) um poço, nem pedir eletrificação necessária para a instalação deste à COELBA.

No entanto, muitos produtores acabam burlando essa lei, dando como justificativa os gastos que se tem ao contratar um geólogo para fazer o relatório. Quando da primeira perfuração eles fazem tudo certo, contratam o geólogo e conseguem a autorga, más depois acabam perfurando mais poços na mesma área, e como já existe energia elétrica na área, eles puxam um gato para instalar o novo poço.

Esse fato pode se repetir por várias vezes na mesma área, como foi relatado pelo secretário de agricultura do município e técnico da EBDA, o senhor Adão Oliveira, que afirma existirem propriedades no município que se apresentam como um “tabuleiro de pirulito”, ou seja, todo furado, como é o caso de áreas citadas por ele que já possuem cerca de 10 poços artesianos em uma área referente a um campo de futebol. Muitos produtores donos de terrenos, ricos em água subterrânea chegam a perfurar diversos poços em sua área e vendem ou alugam o poço para propriedades vizinhas e até mesmo distantes, onde o recurso é

²³ Concessão de outorga de direito de uso dos recursos hídricos de domínio do estado da Bahia.

escasso. Não respeitando a distância mínima permitida, além de puxarem gatos de outras propriedades. Dessa forma, eles estão infringindo duas leis ao mesmo tempo.

Mas como não existe um controle nem mesmo fiscalização, esses produtores continuam infringindo as leis, e o que é pior provocando um grande dano ao meio ambiente.

Quanto à disponibilidade de água no subsolo da região de Irecê, Pedrosa & Caetano (2002) escrevem:

O sistema Salitre-Jacaré é do tipo cárstico-fissural e é marcado por formas de dissolução cárstica que, associadas às juntas de estratificação e fraturas, atribuem ao sistema uma regular permeabilidade, possibilitando localmente a obtenção de vazões da ordem de 200 m³/h, excepcionalmente maiores. As vazões mais freqüentes, todavia, são inferiores a 10 m³/h. Na região de Irecê (BA), onde o calcário apresenta melhores condições hidráulicas devido ao seu estágio de carstificação avançado, já foram perfurados mais de 2.000 poços tubulares. (PEDROSA & CAETANO, 2002, p. 74).

Outro problema está na quantidade de água que é bombeada em cada poço. No momento em que se fura um poço é dada a vazão²⁴, no município podem ser encontrados poços com vazão de até 100 m³/h. Principalmente na região leste do município, entre os povoados de Velame e Baixa Verde, ricos em água subterrânea.

Quando a vazão média de um poço é dada, por exemplo, 10 mil litros por segundo, isso significa que a capacidade daquele poço é de puxar somente 10 mil litros, e o ideal é puxar somente 8 mil, deixando 2 mil como reserva. No entanto a maioria dos produtores acaba puxando ao invés de 10, puxam 12 mil litros, capacidade essa que a o lençol freático não suporta, principalmente quando há uma grande quantidade de poços próximos uns aos outros. A consequência será a secagem do lençol por conta do excesso de carga que lhe está sendo retirada ao mesmo tempo.

No ano de 2006, em consequência a uma prolongada estiagem e ao excesso de extração de água do lençol, muitos poços secaram no município. Fato esse que pode vir a provocar outro seríssimo problema, esses poços podem vir a ceder provocando a abertura de voçorocas e até tremores de terra, como já ocorreram na região, no município de João Dourado, onde a água do lençol foi retirada para irrigação, e consequentemente o solo veio a ceder provocando tremores de terra e a abertura de ravinas e voçorocas onde antes existia um lençol.

²⁴ Volume de água transportado em um certo intervalo de tempo. Geralmente é medida em litros por segundo, ou metros cúbicos por segundo, etc.

De acordo com o documento lançado pela II Conferência Estadual do Meio Ambiente²⁵ a região de Irecê é uma das regiões baianas que estão sujeitas à desertificação (BRASIL, 2005, p. 17). E isso se deve principalmente ao uso indiscriminado da irrigação, que provoca a lixiviação e salinização do terreno, e pode vir a causar a desertificação, ou seja, a inapropriação do solo para a agricultura. Fato esse que é possível de acontecer no município, caso os produtores continuem agindo como estão.

3.2.3 Informalidade nas relações de trabalho

Outro ponto fraco a ser levantado no município diz respeito à informalidade nas relações de trabalho, uma vez que a grande maioria dos trabalhadores não possui nenhum vínculo empregatício formal, como a assinatura da carteira de trabalho, e nem possuem ligação com nenhum sindicato ou associação de trabalhadores.

Os trabalhadores rurais, em sua maioria, recebem de acordo com os dias trabalhados. Geralmente trabalham por hora, ganhando o equivalente a R\$ 2,00 por hora, numa jornada de trabalho de 8 horas diárias. Dessa forma, eles recebem o equivalente a R\$ 16,00 por dia. Numa jornada semanal de 44 horas, isto é cinco dias e meio (sábado até meio dia), eles recebem o equivalente a R\$88,00 por semana, o que mensalmente vai lhes garantir uma renda média de R\$ 352,00, 16% a menos que o salário mínimo.

A maioria dos trabalhadores rurais não tem carteira assinada, muitos nem mesmo possuem carteira de trabalho. A maioria deles não é filiada ao Sindicato, como afirma a senhora Vera Lúcia²⁶, os trabalhadores rurais do município geralmente só procuram o sindicato quando necessita provar que são trabalhadores rurais, no caso de aposentadoria, pensão, acidentes de trabalho, salário maternidade, entre outros benefícios do INSS.

Já os trabalhadores do depósito também não possuem carteira assinada, e geralmente ganham por “carrada”, ou seja, por caminhão carregado que sai no dia, ganham o equivalente a R\$ 30,00 por dia. Em períodos de cheia eles fazem até três “carradas” por dia, o equivalente

²⁵ II Conferência Estadual do Meio Ambiente, realizada em Salvador – Ba no ano de 2007, faz parte do programa federal “Vamos cuidar do Brasil”, e que publicou o documento intitulado “mudanças climáticas, Território e Sociedade, lançado no mesmo ano”.

²⁶ Vera Lúcia Machado é Secretária de Administração Geral da Prefeitura municipal e uma das dirigentes do Sindicato dos trabalhadores Rurais do município.

a R\$ 90,00 por dia. No entanto, na maior parte do tempo sai apenas uma carrada por semana, o que vai dar uma média de R\$ 150,00 (contando-se que eles trabalhem somente de segunda a sexta, mas em períodos de enchente eles chegam a trabalhar os sete dias da semana) mensalmente daria uma renda média de R\$ 600,00, 42% a mais que o salário mínimo.

No entanto, assim como eles não possuem horário certo de trabalho (o depósito abre às 8 horas da manhã e não tem hora para fechar, muitas vezes vão até a madrugada), eles também não possuem trabalho fixo, ou seja, essa jornada puxada de trabalho é somente nos meses de cheia (de janeiro a maio), no resto do ano o número de funcionários diminui drasticamente, ficando somente os trabalhadores fixos, os que possuem carteira assinada.

São questões desse tipo que podem inviabilizar o Desenvolvimento Sustentável do município, uma vez que não existe uma distribuição equitativa da renda produzida pela pinha, assim como uma regularidade na oferta de trabalho. Existe é claro uma grande oferta de trabalho, mas os salários, as condições e a regularidade do trabalho não são fixos, precisando ser reavaliado, para que o município tenha uma real possibilidade de se desenvolver Sustentavelmente.

3.2.4 Falta de Investimento no Beneficiamento da produção

Outro entrave ao Desenvolvimento Sustentável no município está relacionado à falta de um sistema de beneficiamento da produção, uma vez que a venda do fruto *in natura* somente, não será suficiente para o desenvolvimento municipal, sendo necessário uma implementação das políticas públicas voltadas para esse segmento da economia.

São muitas as possibilidades de beneficiamento da pinha, como por exemplo, a polpa, o suco, doce, geléia, torta, bolo, sorvete, além de bebidas alcoólicas que já são preparadas por alguns bares e restaurantes no município, como é o caso da “pinhoska”²⁷, bebida a qual deu o nome a um dos mais freqüentados bares do município.

O que foi possível perceber através da pesquisa, é que falta interesse e investimento por parte do poder público para que esses produtos possam ser ensinados à população, através de palestras e cursos, para que eles possam então ser divulgados e comercializados.

²⁷ Bebida alcoólica preparada à base do suco da pinha, misturado à vodca, leite condensado e gelo.

No entanto, falta no município uma fábrica, cooperativa ou qualquer órgão desse gênero que se encarregue de promover a industrialização do produto. O que já existe no município uma iniciativa de construção da fábrica de polpa de pinha, fábrica essa que foi idealizada pela Cooperfrut²⁸, mas que por problemas administrativos até o presente momento não está em funcionamento.

São fatos desse tipo que impossibilitam a efetivação do Desenvolvimento Local Sustentável, uma vez que o potencial local do município (no caso a pinha e seus derivados), não está sendo aproveitado da forma como poderia ser, através da valorização da sua qualidade, qualidade essa que segundo o Dr. João Neto é um referencial e só existe no fruto de Presidente Dutra, não sendo encontrada em nenhum outro lugar.

3.2.5 escoamento da produção e Variação dos preços

Um dos principais desafios a serem vencidos pelos produtores de pinha do município é a questão do escoamento da produção, aliado a variação dos preços, que oscilam muito ao longo do ano, em parte obedecendo à lei da oferta e da procura, e por outra parte sendo alvo do jogo de interesse por parte dos atravessadores e donos de depósitos de pinha.

O escoamento da produção está diretamente atrelado à questão das estradas que dão acesso tanto às propriedades produtoras de pinha, como as estradas que ligam o município ao resto do país. Como já foi abordado no capítulo anterior, é sabido que as estradas no Brasil e principalmente na Bahia, como um todo, apresentam péssimas condições, e as que dão acesso ao município não são diferentes.

Fato esse que dificulta o escoamento da produção, uma vez que se trata de um produto perecível, não podendo ficar muitos dias na estrada. No entanto, as péssimas condições das estradas além de atrasar a chegada do fruto ao seu destino, é responsável muitas vezes pelo desmantelo dos caminhões, inviabilizando a chegada do fruto ao seu destino em tempo de ser comercializado, ou seja, ainda em condições de ser consumido.

A lei da oferta e da procura é uma das principais características do capitalismo comercial, onde o preço do produto é dado de acordo com a sua procura no mercado, e é

²⁸ Ver nota nº. 38, na página 67.

exatamente isso que ocorre com a comercialização da pinha. No início de sua comercialização (década de 70), o município se destacava por ser o primeiro a comercializar em grande escala e possuir qualidade dos frutos, que tem uma boa aceitação no mercado nacional. Com isso, a pinha possuía bons preços, resultado é claro da falta de concorrência no mercado.

No entanto, com o desenvolvimento da produção, outras regiões passaram também a investir na produção da pinha (não com a mesma qualidade da pinha de Presidente Dutra), más de qualquer forma, essa produção representava uma concorrência ao produto do município, o que faz com que o preço baixe.

Regiões como Palmeira dos índios, em Sergipe; Alagoas, Rio Grande do Norte, na região de Juazeiro e Petrolina e o interior de São Paulo, como os municípios de Jales e Lins, localizados na região oeste deste estado, passaram a produzir o fruto e fazer concorrência com a pinha de Presidente Dutra. Fato esse que não diminui a procura pelo fruto do município, mas contribui para baixar os preços do produto no mercado.

No entanto, a produção do município ainda possui algumas vantagens em relação a essas regiões, como por exemplo, as condições climáticas e o solo, que fazem com que o fruto de Presidente Dutra tenha uma qualidade superior em relação aos demais.

Outro problema, também considerado por muitos agricultores como um dos que mais emperram o desenvolvimento da fruticultura do município é a questão do cartel formado pelos atravessadores e donos de depósitos no município,(que são ao todo 10 depósitos) que se juntam para ditar o preço do produto, sem muitas vezes obedecer à lei da oferta e procura, de forma a proteger apenas o seu lucro deixando os produtores sem alternativa para escoar a sua produção.

Os pequenos produtores são as principais vítimas, uma vez que a pinha possui um ciclo de maturação de no máximo 5 dias Muito rápido, e só pode ser comercializada na fase pré-madura (ou inchada como dizem os produtores), quando ela tem uma resistência maior, principalmente para agüentar a viagem de até quatro dias, até chegar ao destino onde será comercializada. Dessa forma, os pequenos produtores não podem deixar de vender a sua produção, mesmo que a preços irrisórios, senão o prejuízo é ainda maior.

Geralmente, os preços variam entre R\$ 6,00 a caixa (em períodos de enchente, de janeiro a maio) e podem chegar a R\$ 50,00 a caixa, durante os períodos de seca, quando somente os irrigantes a têm.

Dessa forma, só quem realmente tem acesso aos grandes lucros são os irrigantes, enquanto que os demais produtores de sequeiro acabam tendo uma participação mínima nos lucros.

Esse fato representa um dos principais empecilhos ao Desenvolvimento Sustentável, uma vez que o lucro produzido pela pinha acaba ficando acumulado nas mãos dos poucos que conseguem tirar vantagem da lei de oferta e procura, enquanto que a grande maioria dos produtores consegue apenas sobreviver e malmente pagar o gasto com a produção, sobrando muito pouco de lucro efetivo para ser investido na tecnificação de sua produção.

3.2.6 Pragas que ameaçam a produção

Outra das grandes preocupações do produtor de pinha está relacionada à questão das pragas que ameaçam a produção.

Desde o início da produção de pinha no município, sempre existiram algumas pragas que ameaçavam as colheitas, mas nada tão drástico ao ponto de comprometer a produção de todo um ano. Pragas do tipo: insetos que se alimentavam da polpa do fruto como o Arapué, pequenas pragas que se alojavam na casca como o Pulgão, pássaros e etc. mas nada que não pudesse ser resolvido facilmente.

No entanto, a partir do momento em que se começa a fazer uso da irrigação, com o intuito de produzir o ano inteiro, algumas pragas mais nocivas começam a aparecer. Segundo o Dr. João Neto, com a irrigação, a produção não quebra ciclo, ou seja existe fruto o ano inteiro, e alguns insetos que muitas vezes já existiam mas não se mostravam prejudiciais à planta, com a irrigação ela tem um período maior para se desenvolver.

No início dos anos 2000, uma nova e até então desconhecida praga começa a ameaçar a produção de pinha no município, é a *Cerconota Anonella*, mais conhecida entre os produtores como a broca da pinha. Trata-se de um inseto, uma vespa que se aloja no interior do fruto, se alimentando das sementes, e que sai do interior do fruto para defecar em sua casca, deixando esta com alguns resíduos negros que deixam o fruto impróprio para consumo e conseqüentemente para a comercialização.

Essa praga se alastrou muito rapidamente em todo o município e redondezas, chegando a atingir cerca de 65% da produção de pinha do município nos anos de 2004 e 2005, fato esse que gerou uma grande crise na economia do município nesses anos.

A origem dessa praga ainda gera uma grande discussão no município, existindo duas vertentes que tentam explicar a sua origem.

A primeira vertente, desenvolvida por alguns pesquisadores da EMBRAPA²⁹, afirma que a *Cerconota* já existia na região, mas ainda não havia se mostrado prejudicial à planta, ou provavelmente era combatida por algum outro inseto ou inseticida. Mas com a crescente utilização de defensivos químicos, provavelmente o seu predador foi extinto e ela adquiriu resistência aos defensivos utilizados, vindo a se desenvolver e prejudicar o fruto.

A segunda vertente, desenvolvida por pesquisadores da EBDA em convênio com a ADAB, UNEB-Campus III de Juazeiro, acreditam que a *Cerconota* foi trazida de longe, provavelmente do município sergipano de Palmeira dos Índios, onde era muito comum que caminhões viessem para Presidente Dutra completar a carga para daí seguirem para o seu destino. Ao chegarem aí, era feita uma nova seleção dos frutos, e aqueles que apresentavam imperfeições, como a sujeira produzida pela Broca, eram descartados. Provavelmente, um desses frutos foi descartado próximo a uma produção, e daí se alastrou rapidamente pelas plantações de toda a região.

A praga foi combatida através de um trabalho muito bem realizado pela prefeitura municipal, através da secretaria de agricultura e meio ambiente em convenio com a ADAB, EBDA, EMBRAPA e UNEB-CAMPUS III, que através de pesquisas chegaram a uma associação de defensivos orgânicos, com ingredientes como o Nim³⁰, a exemplo do Rotinim, e da produção caseira desse produto, onde são utilizadas além do Nim, a casca de angico, urina de vaca, pimenta malagueta e folha de mamona, que ao serem misturados formam um excelente defensivo orgânico que, ao ser pulverizado nas plantas apresenta um ótimo resultado no controle das pragas, inclusive da *Cerconota*.

Com isso, além de produzir um defensivo orgânico, que não agride o meio ambiente, o município ainda providenciou alguns cursos de conscientização e capacitação para que os produtores passassem a produzir o seu próprio defensivo, utilizando ingredientes da sua

²⁹ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

³⁰ Planta arbórea de origem Indiana, utilizada como defensivo orgânico.

propriedade, além de conscientizar os produtores dos riscos ambientais e sanitários da utilização de agrotóxicos.

No entanto, muitos produtores descrentes no defensivo orgânico, acabaram fazendo uso inadvertidamente de agrotóxicos. O problema principal na utilização de agrotóxicos no controle de pragas da pinha está exatamente na inexistência de registro no Ministério da Agricultura de qualquer tipo de produto químico para a utilização no cultivo de pinha.

Dessa forma o uso desses produtos, principalmente o Poltrim que foi o mais utilizado pelos produtores do município, é inadequado, uma vez que esse produto como outros que foi utilizado, é registrado como um defensivo para o cultivo de hortaliças como o tomate e a cebola, portanto totalmente errado no cultivo da pinha, podendo vir a causar problemas muitas vezes maiores que as pragas que eles tentam combater, além é claro dos impactos ambientais decorrentes do uso de produtos químicos no solo e no lençol freático.

Além desse controle, esse convênio ainda implantou no município um sistema de prevenção, utilizando para tanto a conscientização dos produtores e a construção de um banco de dados, através da implantação de um georeferenciamento³¹ da área do município com toda a localização exata das áreas produtoras de pinha. Tal georeferenciamento pode ser visto a seguir.

³¹ Programa realizado através do levantamento das coordenadas geográficas e altitude de todas as propriedades onde existam produção de pinha, através da utilização de GPS, depois foram jogados em um mapa.

Como já foi citado anteriormente, a produção orgânica de pinha é uma oportunidade real que pode e deve ser implementada no município, como forma de viabilizar o Desenvolvimento Sustentável.

Como afirma o Vereador Zé Galego³², o município sabe e muito bem produzir pinha organicamente, uma vez que já se fazia isso há 30 anos atrás, mesmo sem o conhecimentos das técnicas modernas de produção que se tem hoje. Dessa forma, afirma ele que atualmente com toda a tecnologia disponível, como as técnicas de irrigação e manejo, a produção orgânica representa uma enorme oportunidade de desenvolver a produção no município, além de todo o respaldo que o município poderia ter produzindo organicamente, respeitando o meio ambiente e a saúde da população.

Além dessas vantagens, existe ainda a vantagem financeira, uma vez que os produtos orgânicos custam mais no mercado e tem um enorme mercado em potencial de exploração, inclusive através da exportação para o exterior, principalmente para a Europa que é o principal interessado nesse tipo de produto.

Pensando nisso, alguns produtores locais já começaram a investir na produção orgânica, como é o caso do senhor João de Zoró³³, que há algum tempo já vem implantando em sua propriedade um sistema de produção orgânica de pinha.

O sistema implantado por ele, consta da instalação de um tanque para a produção de biofertilizante, no qual são utilizados materiais orgânicos provenientes de sua propriedade, como talos, galhos, cascas e folhas de plantas, esterco de vaca que são misturados ao melaço de cana e a um composto de sais minerais. Após um curto período de fermentação e filtragem, o líquido proveniente do composto é jogado na canalização junto ao sistema de irrigação, e é depositado exatamente no solo e na planta. A parte sólida é depositada na raiz da planta.

Juntamente com esse sistema, ele adota o sistema de plantio direto, no qual não são utilizadas máquinas pesadas para revolver o solo, o plantio é feito diretamente no terreno com todo a matéria orgânica proveniente da última colheita.

³² José Alves Porto é graduado em administração, funcionário do Banco do Brasil, vereador ,presidente da câmara de vereadores de Presidente Dutra e produtor de pinha.

³³ João Pereira Machado é funcionário do Banco do Nordeste e produtor de pinha, por sinal um grande entendido, pioneiro em muitos sentidos na produção de pinha: foi o primeiro a utilizar o sistema de irrigação na produção de pinha, e novamente está inovando.

Ele também adotou a policultura aliada à produção de pinha, onde ele utiliza uma leguminosa chamada Cunha, que é plantada entre as carreiras de pinha, leguminosa essa que possui múltiplas funções na produção, como fornecer nutrientes ao solo e à pinha, revolver o solo com o seu complexo sistema radicular, não deixar o solo exposto, conservar a umidade do solo, além de servir como alimento para os animais, que são criados em sua propriedade.

E para prevenir e conter o avanço de pragas, o senhor João de Zoró utiliza os defensivos orgânicos, produzidos à base do Nim³⁴, que segundo ele são mais baratos, menos nocivos ao meio ambiente e à saúde humana, e mais eficazes contra as pragas, não matando os insetos polinizadores da pinha.

É claro que para montar todo esse sistema, o senhor João teve que investir um bom dinheiro, no entanto, como afirma ele, o retorno é garantido, através dos resultados com a produção, e futuramente o investimento feito com a adubação e fertilização irão diminuir consideravelmente, pois com o tempo a demanda de adubação tende a diminuir, uma vez que o solo vai se adaptando ao sistema e irá realizar naturalmente a fertilização, diminuindo a demanda pelo adubo. Além disso, ele pode comercializar o biofertilizante e o adubo sólido, garantindo mais lucro.

O resultado de todo esse investimento é realmente fantástico, além da diminuição considerável dos custos, a pinha produzida em sua propriedade é de excelente qualidade, mais saboroso e maior que o convencional, em um caixote de plástico que geralmente cabe 80 pinhas, com as suas pinhas cabem apenas 38, ou seja, 47,5% menos que a convencional, o que vai representar também um lucro de 47,5%, isso sem contar que o fruto de sua produção possui uma grande procura e é vendido mais caro no mercado.

Isso enquanto ele não consegue o selo do Ministério da Agricultura comprovando que sua produção é orgânica. Pois, segundo ele, a partir do momento em que ele tiver o selo em mãos, ele buscará investir em outros mercados, inicialmente na capital e futuramente buscará meios para exportar o seu produto.

Dessa forma, a partir da experiência vivenciada por esse senhor, é possível constatar que a produção orgânica de pinha é viável e mais lucrativa, em todos os sentidos, para o produtor e para o meio ambiente, e pode representar uma das mais reais oportunidades de efetivação do Desenvolvimento Sustentável para o município.

³⁴ Ver nota nº. 30, página 59.

Contudo, é necessário que os produtores conheçam e entendam a proposta, e para isso o poder público municipal é de fundamental importância, para promover a capacitação e viabilizar os investimentos necessários.

3.3.2 Provável instalação de um Campus de Observação da UNEB Campus III - Juazeiro

Outro fato que pode ser encarado como uma oportunidade provável de viabilização do Desenvolvimento agrícola sustentável no município de Presidente Dutra, diz respeito à especulação existente no município de que, em convênio com a prefeitura municipal, ADAB, EBDA e UNEB - campus III de Juazeiro possa vir a ser instalado no município um campus de observação de produção orgânica de pinha.

Fato esse que está sendo articulado por esses órgãos, mas com um empenho particular do Dr. Jaílton Fraga³⁵, que vem a alguns anos se empenhando em pesquisas sobre a produção de pinha no município de Presidente Dutra.

A efetivação desse campus representaria uma enorme possibilidade de desenvolvimento agrícola sustentável para o município e região, uma vez que além de desenvolver pesquisas a respeito da produção de pinha que viriam a melhorar ainda mais a produção, como por exemplo, no melhoramento (natural) das sementes, seleção de sementes e mudas mais eficientes e mais resistentes à pragas, entre tantas outras possibilidades de desenvolvimento da produção.

Além desse serviço de melhoramento da produção, o campus agiria também como um local onde seriam promovidos cursos para a conscientização dos produtores a respeito das vantagens da agricultura orgânica, a capacitação para o uso da agricultura orgânica e principalmente para o beneficiamento da produção.

A efetivação desse projeto depende ainda de aprovação da UNEB e de liberação de recursos por parte do governo estadual, mas que vem sendo levantado como bandeira pelos órgãos públicos municipais.

³⁵ Jaílton Fraga é Doutor em Fruticultura orgânica, Professor do colegiado de agronomia da UNEB-campus III de Juazeiro - Ba.

3.3.3 Marketing do Produto

Esse com certeza deve ser encarado não apenas como uma oportunidade, más como um objetivo a ser alcançado para que o desenvolvimento, seja ele econômico, social, local ou mesmo Sustentável seja alcançado no município.

Um dos objetivos do Desenvolvimento Local como forma de e garantir o desenvolvimento de uma localidade, é justamente a exploração e valorização do potencial local, através da criação de marcas próprias e tradicionais que agregam valor ao produto, como é o caso por exemplo do sisal de Valente ou da cachaça de Abaíra, que possuem hoje no mercado uma valorização enorme, não apenas pela qualidade do produto, más principalmente pelo marketing que é dado a ele.

Como afirma o Dr. João Neto, “marca hoje vende mais que o produto em si”, dessa forma, vê-se o enorme potencial a ser explorado na pinha do município de Presidente Dutra, que já carrega os títulos de “Rainha da Pinha” e “Capital Mundial da Pinha”. Dessa forma fica o questionamento: por que não explorar essa marca e agregar valor ao produto local, não apenas o fruto *In natura*, más um investimento sério no beneficiamento da produção, com a fabricação de produtos que poderiam carregar uma das denominações citadas acima, que já são sinônimos do município?

O que ainda falta no município, é a conscientização da população de que eles possuem um potencial incrível em mãos, passível de ser explorado, e eles, com apoio de órgãos públicos, podem vir explorar essa potencialidade.

Nesse sentido, o próprio campus de observação (citado anteriormente) poderia ter um papel fundamental, no intuito de desenvolver nos produtores e na população em geral o sentido da participação popular para se alcançar esse desenvolvimento.

3.3.4 O Apoio de órgãos públicos

Nesse tópico, levanta-se o interesse demonstrado pelos órgãos públicos municipais e estaduais³⁶ como uma oportunidade de efetivação do Desenvolvimento Sustentável, no sentido de que existe um grande interesse desses em desenvolver a economia do município através da produção de pinha.

Nesse sentido, Instituições de ensino e pesquisa como a UFBA e a UNEB poderiam ajudar nas pesquisas e sua divulgação tanto na área agrônômica, quanto nas questões sociais através de pesquisas relacionadas ao desenvolvimento local e sustentável, participação popular e cooperativismo, que auxiliariam a população a entender o seu papel enquanto agentes do desenvolvimento.

A Secretaria de Agricultura, ADAB e EBDA ajudariam no sentido de promover cursos de conscientização e capacitação dos produtores, além de fiscalizar o uso correto dos recursos naturais.

A BAHIAATURSA agiria no sentido de divulgar a produção municipal e atrair investimentos no turismo local, através do agro e ecoturismo, que estão em alta no momento.

Faltaria ainda um órgão financeiro, que agiria no sentido de financiar pesquisas, cooperativas e a produção familiar. Esse órgão poderia ser facilmente conseguido através da articulação dos poderes locais, principalmente a Prefeitura e cooperativas locais.

Dessa forma, é possível entender o Desenvolvimento Sustentável do município como uma possibilidade real de efetivar-se, basta que as instituições locais e estaduais articuladas entre si se mobilizem para sua efetivação.

3.3.5 Criação e efetivação de cooperativas

A criação e efetivação de cooperativas no município aparecem como mais uma das peças chaves do Desenvolvimento Local Sustentável do município de Presidente Dutra, que precisam antes de tudo partir de uma iniciativa dos próprios produtores, a partir do momento que eles se conscientizem que individualmente eles jamais vão promover esse desenvolvimento.

³⁶ Órgãos como: Prefeitura municipal, através da Secretaria de Agricultura, EBDA, ADAB, UNEB, UFBA, BAHIAATURSA, entre outros que se interesse em melhorar, tecnificar e divulgar a produção de pinha no município.

Nesse sentido, DESER (1997)³⁷ afirma que um projeto de desenvolvimento local deve partir de iniciativas locais, buscando apoio de outras instituições, para que o desenvolvimento tenha sustentação a longo prazo. Da mesma forma, ele afirma que esse projeto deve conter iniciativas que venham a impulsionar a agricultura familiar e conseqüentemente à economia do município, levando em consideração a preservação dos recursos naturais. Tal projeto visa à criação de empregos não apenas no campo, mas deve também promover empregos na zona urbana, com a criação de atividades ligadas a agricultura, como por exemplo, pequenas e médias agroindústrias de beneficiamento da produção, de comercialização dos produtos, entre outros. Segundo ele, esses empregos devem ter como prioridade à mão-de-obra excedente da agricultura, a fim de evitar outro dos grandes problemas do interior do país, que é o êxodo rural. (DESER, 1997, p.8).

O município já testemunhou algumas tentativas frustradas de criação de Cooperativas, mas que não deram certo justamente pelo fato de a iniciativa de criação ter surgido de cima para baixo. Alguns produtores - escolhidos a dedo, diga-se de passagem - tomaram um curso de cooperativismo, promovido pela APRI³⁸ em associação com outras instituições.

Esse curso tinha como objetivo capacitar seus alunos para que pudessem disseminar em seu meio as idéias de cooperativismo. No entanto, essas pessoas tomaram o curso e chegaram ao município já com a idéia de montar uma cooperativa de produtores de pinha, reuniram praticamente todos os produtores de pinha do município e divulgaram a idéia.

No primeiro instante a COOPERFRUT³⁹ contou com a participação de cerca de 300 produtores. Na segunda reunião, quando era para criar o estatuto da cooperativa, só apareceram 100 que presenciaram toda a discussão, inclusive a parte onde se decide a mensalidade que deveria ser paga pelo associado. A terceira reunião, quando o associado já teria que contribuir, apareceu somente 30, esses se tratavam dos maiores produtores do município, que realmente tinham interesse que a cooperativa desse resultados.

A COOPERFRUT conseguiu algumas vantagens, como principalmente a instalação de uma fábrica de polpa de fruta, com os equipamentos necessário e até mesmo um caminhão com câmara fria para transportar o produto.

No entanto, a forma errada como ela foi criada acabou trazendo alguns problemas, como a influencia de questões políticas, que acabaram por inviabilizar o funcionamento da

³⁷ Departamento Sindical de Estudos Rurais.

³⁸ Associação dos Prefeitos da Região de Irecê.

³⁹ Cooperativa dos Produtores de Fruta de Presidente Dutra.

fábrica, uma vez que os equipamentos necessários para o seu funcionamento foram conseguidos via prefeitura, e muitos de seus sócios faziam oposição ao prefeito, o que gerou uma série de problemas, como o não funcionamento da fábrica.

Nesse sentido, a Agenda 21 aponta que o Desenvolvimento Sustentável deve ser “ um compromisso voluntário partido da população, e requer convencimento e motivação. Trata-se de uma idéia mobilizadora da criação coletiva de uma utopia, com a plena consciência da dificuldade que isso pressupõe”. (Fonseca, 2002, *apud* Silveira, 2008, p. 4).

Dessa forma, percebe-se a confirmação do que afirma DESER (1997), de que a iniciativa de promover o desenvolvimento local, seja através de cooperativas ou qualquer outra, deve partir de uma necessidade da população, e esta é que deve promover o desenvolvimento. Foi exatamente isso que não ocorreu em Presidente Dutra, a iniciativa veio de cima, e foram os de cima que levaram à frente, enquanto que a maioria dos produtores, os que realmente necessitam das mudanças ficaram de fora, principalmente por não compreender direito a proposta da cooperativa. É como afirma o vereador Zé Galego “quando uma cooperativa dá resultados todos correm pra lá. Não querem nem saber como funciona, deu resultado todos querem. Más na hora de pagar a mensalidade, de ajudar os companheiros ou de correr atrás das oportunidades, ninguém têm dinheiro nem tempo”.

Essa falta de cooperativismo percebida nos produtores de Presidente Dutra reflete a herança cultural portuguesa que temos, onde cada um faz a sua parte sem se importar com o outro. Fato esse que dificulta a implementação de associações, cooperativas ou qualquer outra organização nesse sentido.

3.4 RISCOS

Estão relacionados aos riscos prováveis de acontecer, caso se continue utilizando o mesmo sistema produtivo utilizado até hoje no município, pautado num desenvolvimento econômico que se baseia no uso indiscriminado dos recursos naturais, sem a preocupação com as gerações futuras, que podem ameaçar a implementação do Desenvolvimento Sustentável.

3.4.1 Contaminação do meio ambiente e da população pelo uso indiscriminado de produtos químicos

Está diretamente relacionado ao tópico 2.1, uma vez que o uso indiscriminado de produtos químicos pode vir a contaminar o meio ambiente e a população que trabalha e se alimenta dos frutos contaminados.

Como já foi citado anteriormente, os produtos químicos utilizados na produção de pinha não são fabricados para esse fim, mas para outro tipo de produto, o qual foi feito um estudo minucioso sobre os prováveis riscos de contaminação, uma vez que esses produtos levam em sua composição componentes químicos que podem causar danos seríssimos ao meio ambiente, e até mesmo podem matar seres humanos. No entanto, ainda assim esses produtos são utilizados na produção de pinha.

Os riscos começam na aplicação do produto, onde os trabalhadores que o fazem, na maioria dos casos não utilizam nenhum equipamento de segurança, como máscara, luva, bota e roupa adequada, como está na legislação. Dessa forma, muitos deles acabam se intoxicando, e com o tempo podem vir a desenvolver doenças graves como o câncer.

Quando chove, ou mesmo com a molhação proveniente do sistema de irrigação, os componentes químicos se dissolvem e infiltram no solo, e ao se acumular podem provocar a contaminação do solo, uma vez que os produtos utilizados, ricos em sais minerais reagem com a água, a matéria orgânica e os minerais presentes no solo, e produzem um composto rico em sais e ácidos que provocam a salinização do solo e até mesmo a desertificação deste. (OLIVEIRA & VEIGA, s.d, p. 3)

Além disso, a água carregada com esses produtos que escorre e atinge o lençol freático, podem provocar a contaminação deste, tornando-a inadequada para o consumo humano, inclusive para a irrigação. Além é claro de contaminar todo o subsolo e conseqüentemente o meio ambiente.

Dessa forma, fica evidente a necessidade de conscientização dos produtores para os riscos de se continuar utilizando esses produtos no meio ambiente.

3.4.2 Perca da qualidade do fruto devido ao uso de insumos químicos

Outro fato que está diretamente ligado ao tópico anterior é questão da perda da qualidade do fruto devido ao uso desses produtos, uma vez que a utilização destes pode alterar a qualidade do fruto, e até mesmo contamina-lo, fato que pode provocar um desastre na economia do município, pois o grande diferencial da pinha de Presidente Dutra é justamente a sua qualidade diante das demais.

Os produtos químicos podem alterar a qualidade do fruto da mesma forma que ocorre com o solo. Os componentes químicos presentes no insumo são ricos em sais minerais, que ao interagir com os do fruto, podem alterar suas condições, modificando o seu sabor, através da acentuação da acidificação já levemente presente no fruto, tornando-o mais ácido e salgado. Fato esse que já vem sendo relatado por alguns consumidores em frutos de outras regiões e até mesmo no município.

Uma consequência mais grave ainda seria a contaminação do fruto pelos componentes químicos presentes nos agrotóxicos que são pulverizados no fruto pouco antes da colheita. Esses agrotóxicos recomendam um período de carência de no mínimo 8 dias após a aplicação, no entanto muitos agricultores mal informados ou mesmo negligentes, acabam colhendo o fruto antes de passado período de carência, o que pode provocar a contaminação de quem o consumir e mesmo de quem o manusear.

Dessa forma a qualidade impecável da pinha de P. Dutra ficaria comprometida, e esse fato poderia provocar um desastre na economia municipal e principalmente nas perspectivas de efetivação do Desenvolvimento Sustentável.

3.4.3 Desertificação do Solo

A Convenção de Combate à Desertificação – CCD, aprovada em 17 de junho de 1994, definiu a desertificação como “a degradação da terra em zonas áridas, semi-áridas e sub-úmidas secas, que pode ser causada por vários fatores, como as variações climáticas e as atividades humanas.” (CCD, 1994 *apud* BRASIL, 2007, p. 15).

Ainda de segundo Brasil (2007) a região de Irecê na qual está inserido o município de P. Dutra, é uma das regiões baianas sujeitas à desertificação. (BRASIL, 2007, p. 17).

Percebe-se que os processos de desertificação, principalmente na região, estão diretamente relacionados ao uso indiscriminado de insumos químicos, ao uso inadequado das técnicas de irrigação e a crescente mecanização na agricultura. Nesse sentido, Oliveira & Veiga (s.d) escrevem:

Sendo assim, é notório que uma das principais causas da erosão do solo é a produção mecanizada em larga escala no compartimento de terra firme, além disso, a erosão de solos de degradação das terras agricultáveis provocam um aumento na pressão do uso dos sistemas naturais, implicando um maior processo de sedimentação e mudanças no regime de chuvas, conseqüentemente uma maior erosão dos solos. (OLIVEIRA&VEIGA, S.D, p. 3).

Na produção de pinha, por se tratar de uma cultura permanente, praticamente não faz uso de mecanização, apenas no primeiro momento, quando o solo está sendo preparado para receber as mudas. Por outro lado, técnicas como a irrigação e uso de insumos químicos são utilizados com freqüência pelos produtores, fato esse que pode contribuir para a desertificação do solo local.

Quanto ao risco de desertificação causada pelo uso de produtos químicos no tópico 4.1 foi levantado de que forma se dá o processo.

Já a irrigação pode provocar a desertificação do solo a partir do uso excessivo de água na molhação do solo, fato esse que vai provocar a lixiviação dos nutrientes do solo, provocando assim o seu empobrecimento, e aliado ao uso de insumos químicos, as conseqüências serão ainda mais danosas, acelerando o processo de desertificação deste.

Dessa forma, percebe-se mais uma vez a necessidade de conscientização dos produtores quanto às conseqüências das práticas que vem sendo utilizadas na produção de pinha, assim como a capacitação para que eles possam começar a fazer uso de novas técnicas, menos danosas ao meio ambiente e à sua produção.

3.5 PROGNÓSTICOS

Diz respeito a um diagnóstico prévio daquilo que poderá acontecer caso a população se conscientize da forma totalmente errada em que está pautado o atual processo de produção

no município, e venham a fazer com que o Desenvolvimento Sustentável se efetive como um projeto de desenvolvimento duradouro para o município de Presidente Dutra.

3.5.1 Aumento da renda

Esse aumento considerável da renda da população local está de acordo com primeira diretriz do desenvolvimento sustentável, que é a equidade, apontada no primeiro capítulo, a qual está relacionada à satisfação das necessidades básicas e às questões de bem estar econômico e social.

Esse aumento na renda do trabalhador seria o resultado de uma série de práticas realizadas anteriormente, como foi explicitado nos tópicos 1 e 3 onde se ressaltaram os pontos fortes e as oportunidades viáveis ao Desenvolvimento Sustentável.

Dessa forma, ações como a produção orgânica, o cooperativismo consciente, o beneficiamento da produção, o desenvolvimento de marcas e o marketing do produto, fariam com que a renda dos produtores, trabalhadores e demais cidadãos dependentes da produção de pinha, aumentassem consideravelmente a sua renda, proporcionando assim a melhoria na qualidade de vida destas.

3.5.2 Melhoria na qualidade de vida

Também ligada à diretriz equidade, a melhoria na qualidade de vida da população seria o resultado do aumento considerável da renda da população.

Essa melhoria de vida se verificaria de diversas formas, desde um maior investimento nas refeições, com a introdução de novos produtos à mesa do trabalhador, que lhe garantiria uma alimentação mais rica e saudável; uma educação de qualidade para toda a família; mais saúde, com maior acesso aos meios prevenção e tratamento de doenças; maior acesso aos bens culturais; acesso a produtos eletroeletrônicos que promovam o conhecimento e a educação; entre outros benefícios que indiquem a melhoria na qualidade de vida da população.

3.5.3 Recuperação das áreas degradadas

Esse prognóstico está diretamente relacionado às diretrizes Eficiência e adaptabilidade, os quais dizem respeito respectivamente à eficiência no uso dos recursos naturais, bem como na recuperação de áreas degradadas, e as ações de hoje que poderão influenciar a situação dos próximos anos.

Dessa forma, a recuperação das áreas degradadas, se daria inicialmente com a tomada de consciência do que está realmente degradado, e se é possível recuperar e como. Esse diagnóstico é fundamental para a tomada de decisões a respeito da recuperação, assim como dos prováveis impactos ambientais que podem decorrer da não recuperação dessas áreas.

Nesse sentido, cabe aqui a colocação do CONAMA⁴⁰ acerca do conceito de impacto ambiental, que é definido como:

Qualquer alteração nas propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia, decorrente das atividades humanas, que direta ou indiretamente prejudiquem: a saúde; a segurança e o bem estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biodiversidade; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos naturais (Res. CONAMA 001/86 *apud* Silveira, 2008, p. 9).

Dessa forma, percebe-se que toda ação humana provoca impactos ao meio ambiente, sejam eles diretos ou indiretos, de caráter físico ou social. Com isso, é possível afirmar que a produção de pinha no município de Presidente Dutra certamente tenha provocado impactos ao meio ambiente local, mesmo que em baixa magnitude, mas foi causado.

Com isso, pode-se afirmar que no município, áreas como a caatinga que foi quase que totalmente destruída, assim como as matas ciliares próximas aos riachos e lagoas do município, o solo, o lençol, o meio rural e urbano, entre outros, tenham sofrido impacto ou degradação ambiental.

Áreas como a vegetação original, não seria possível recuperar totalmente, uma vez que o reflorestamento das mesmas demandaria tempo, dinheiro e a utilização de áreas atualmente ocupadas pela produção de pinha. No entanto, seria possível um esforço por parte dos produtores, no intuito de reflorestar ao menos as matas ciliares, uma vez que estas garantiriam recuperação desses corpos d'água, assim como a plenitude do lençol freático. E garantir a

⁴⁰ Conselho Nacional de Meio Ambiente.

preservação das áreas ainda existentes, com a criação de reservas naturais, ou as Unidades de Conservação.

Quanto aos demais ambientes, seria possível aliar a educação ambiental àquilo que Silveira (2008) chama de “ecoeficiência”, e define como sendo “ as atividades e esforços que uma organização desenvolve para otimizar a utilização dos naturais, com a finalidade de diminuir o impacto ambiental, e com isso gerar benefícios ecológicos e econômicos” (SILVEIRA, 2008, p.9).

Dessa forma, essa possibilidade de manobra, e o anseio em melhorar os processos de produção, representam um investimento corrente no sentido de alcançar maior eficiência e flexibilidade no futuro.

3.5.4 Conscientização dos agricultores quanto às questões ambientais

Esse prognóstico está relacionado tanto à diretriz Adaptabilidade, quanto à Atenção às gerações futuras, os quais dizem respeito às ações de hoje que poderão influenciar a situação dos próximos anos, bem como o não comprometimento (ou exaustão) dos recursos que poderiam ser mais bem utilizados no futuro.

Essa conscientização se daria através de uma concreta e efetiva política de educação ambiental, direcionada a todos os agentes sociais do município, começando pela educação formal nas escolas, com as crianças que constituem o futuro do município, e a quem caberá dar continuidade ao processo de Desenvolvimento Sustentável.

Além das crianças, essa educação formal deve se estender à toda a população, a qual precisa se conscientizar agora dos seus atos para que possam revê-los e muda-los ainda no presente, e possam auxiliar a escola na educação ambiental de seus filhos. Essa fase, deve ser proporcionada a toda a população, adequando-a à realidade da clientela, nesse sentido, os produtores e trabalhadores rurais, que mantém uma relação direta com o meio ambiente, e a quem cabe “preservar para sempre ter”, receberiam uma educação ambiental adequada a sua realidade do campo.

Os proprietários e trabalhadores de depósitos de pinha devem se conscientizar das técnicas mais eficientes de manuseio e transporte do fruto, as noções de higiene e segurança no trabalho, assim como destino correto a ser dado ao material restante do trabalho.

E a sociedade em geral, que precisam ter consciência das suas ações como cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, bem como da melhor forma de aproveitamento dos recursos naturais e o destino correto a ser dado pelos resíduos produzidos, com a introdução do trinômio dos três Rs, onde a produção de Resíduo implica: Reduzir, Reutilizar e Reciclar.

Nesse sentido, habilidades como: Sensibilização, conhecimento sistematizado, responsabilidade, competência, ética e cidadania devem ser trabalhadas o tempo todo com essa população, assim como a premissa “Pensar globalmente e agir localmente”, para que eles entendam que estão inseridos num meio ambiente que faz parte de um sistema mais complexo, e que qualquer ação local, implicará numa reação em cadeia, que pode alterar o sistema global.

A partir de uma conscientização plena da sociedade à cerca dos seus direitos e deveres para com o meio em que estão inseridos, será possível construir e dar continuidade a um Desenvolvimento realmente Sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este último capítulo busca fazer uma retomada dos objetivos desta pesquisa, que tem como objetivo geral descobrir se existe desenvolvimento local sustentável a longo prazo no município de Presidente Dutra gerado pela produção e comercialização da pinha. E se não, investigar as razões pelas qual tal produto gera tantas divisas para o município, porém não consegue promover um desenvolvimento local sustentável a longo prazo no município, e quais as possibilidades da construção deste no município.

Nesse sentido, o objetivo foi alcançado, uma vez que a partir das pesquisas realizadas no município, foi possível concluir que: na visão atual de desenvolvimento agrícola que é reconhecida e praticada pelos produtores locais, pautado no uso inconsciente dos recursos naturais, sem a preocupação com as futuras gerações, e nem mesmo na atual massa da população local, que não tem acesso à riqueza produzida da pinha, não existe Desenvolvimento Local Sustentável no município de Presidente Dutra.

Por outro lado, conclui-se ainda que existe na produção e comercialização de pinha no município uma enorme potencialidade de efetivação do Desenvolvimento Local Sustentável, uma vez que já é perceptível uma certa conscientização parte de alguns produtores dos impactos ambientais causados pelo atual modelo de produção, que já vem buscando a transição para um modelo mais sustentável de produção, a produção orgânica, assim como o interesse por parte do poder público local e instituições estaduais em aproveitar essa potencialidade local de forma mais otimizada.

Dessa forma, conclui-se ainda que a presente pesquisa se mostrou de extrema importância para entender a complexa dinâmica presente no processo de produção e comercialização da pinha no município de Presidente Dutra. Muitos pontos foram aqui tratados de maneira superficial, uma vez que não se tratava exatamente do foco da pesquisa,

mas que merecem ser mais bem pesquisados para que possam ser melhor entendidos em seu contexto.

Entende-se aqui como pontos importantes de serem pesquisados: as relações de trabalho no processo de produção da pinha; a influência do solo na produção de pinha; o cooperativismo na produção de pinha; o tamanho do módulo rural de Presidente Dutra que é o menor da região, e um dos menores da Bahia; A qualidade da educação básica pública no município e a influencia da produção de pinha nesse processo; entre outros pontos que fazem do município um caso particular na Bahia e no Nordeste.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jalcione. A problemática do Desenvolvimento Sustentável. *In:* BECKER, Dinizar Fermiano (org). **Desenvolvimento sustentável: Necessidade e/ou possibilidade?** 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

ALMEIDA, Lúcia M. A. & RIGOLIN, Tércio B. **Geografia**. São Paulo: Ática, 2005.

ARAÚJO, Heráclito Alves de. *et al.* Aspectos climatológicos regionais e variação dos níveis estáticos do aquífero cárstico da microrregião de Irecê, Bahia. *In:* _____. **I Encontro Brasileiro de Estudos do Carste**. Belo Horizonte: CARSTE, 2004. Disponível em < URL: www.redespeleo.org.br/eventos/carste2004/resumos_carste_2004.pdf. Baixado em 18 de abril de 2008-04-18

BECKER, Dinizar Fermiano. Sustentabilidade: um novo (velho) paradigma de desenvolvimento regional. *In:* _____. **Desenvolvimento sustentável: Necessidade e/ou possibilidade?** 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

BELLEN, Hans Michael Van. **Indicadores de Sustentabilidade: Uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **I Conferência Estadual do Meio Ambiente Bahia 2005: Deliberações**. Salvador: S.E, 2005

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **II Conferência Estadual do Meio Ambiente: Mudanças Climáticas, Território e Sociedade**. Salvador: S.E, 2007.

BRITO, Daniel Chaves; RIBEIRO, Tânia Guimarães. **A modernização na era das incertezas: crises e desafios da teoria social**. *Ambiente & Sociedade* - Vol. V - no 2 - ago./dez. 2002 - Vol. VI - no 1 - jan./jul. 2003. Disponível em < URL:

<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v5n2/a09v5n2.pdf>

BRITTO, Elissandra Alves & SANTOS, Nícia Moreira da Silva. **O semi-árido baiano sob o olhar do desenvolvimento rural sustentável**. Salvador: Conjuntura e Planejamento, SEI, n.150, p.23-29, Novembro/2006. Disponível em < URL:

http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/conj_planejamento/pdf/c&p150/artigo_2.pdf

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: INCRA/ IICA, 1999. Disponível em < URL:

http://www.cati.sp.gov.br/novacati/pemh/doc_pub/Metodologia%20planejamento%20do20DLMS.pdf

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento Sustentável: dimensões e desafios**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 2005.

DESER, Departamento Sindical de Estudos Rurais. **Agricultura familiar e desenvolvimento local: Municipalização: diretrizes de desenvolvimento e propostas de políticas públicas**. Curitiba: GIPAF, 1997. Disponível em < URL: <http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/deser97-1.pdf>

FOLADORI, Guillermo. **Limites do Desenvolvimento Sustentável**. Campinas: UNICAMP, 2001.

FILHO, José F. M; SOUZA, André L.V. **O manejo e a conservação do solo no semi-árido baiano: desafios para a sustentabilidade**. Revista - Bahia agri. Salvador: Seagri, novembro2006. Disponível em < URL:

www.seagri.ba.gov.br/pdf/socioeconomia04_v7n3.pdf

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em < URL:

<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/defaulttab.shtm>

OLIVEIRA, Eliandro Francisco de; VEIGA, Artur José Pires. **Aspectos Geomorfológicos e humanos da sub-bacia hidrográfica da região de Irecê**. SL: SE, SD. Disponível em < URL:

<http://www.portaldogeografo.hpg.com.br/> baixado em 18 de abril de 2008-04-18

PEDROSA, Célio Augusto & CAETANO, Francisco A. **Águas Subterrâneas**. Brasília: ANA/SIH, 2002. Disponível em < URL:

<http://www.ana.gov.br/gestaoRecHidricos/InfoHidrologicas/aguasSubterr/EstudoAguasSubterraneasANA22-08-02.doc>

PELINSON, Gilberto J. B; BOLIANI, Luiz de S. **Análise do custo de produção e lucratividade na cultura da pinha (*Annona Squamosa*) na região de Jales-SP: no ano agrícola de 2001-2002**. Rev. Bras. Frutic. Jaboticabal - SP, v. 27, n. 2, p. 226-229, Agosto 2005. Disponível em < URL:

www.scielo.br/pdf/rbf/v27n2/a11v27n2.pdf

PHILOMENA, Antônio L. O imperativo humano – ou, como fica a questão populacional no Desenvolvimento Sustentável? *In*: BECKER, Dinizar Fermiano (org). **Desenvolvimento sustentável: Necessidade e/ou possibilidade?** 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

PRESIDENTE DUTRA, Câmara Municipal de Vereadores. **Lei Orgânica de Presidente Dutra**. Presidente Dutra, BA: Câmara Municipal de Vereadores, 1990.

RAMPAZZO, Sônia Elisete. A questão ambiental no contexto do Desenvolvimento econômico. *In*: BECKER, Dinizar Fermiano (org). **Desenvolvimento sustentável: Necessidade e/ou possibilidade?** 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

REIGOTA, Marcos. A contribuição da ciência ao desenvolvimento com base ecologista. *In*: BECKER, Dinizar Fermiano (org). **Desenvolvimento sustentável: Necessidade e/ou possibilidade?** 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SILVEIRA, Marcos Aurélio. **EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA**. Curitiba: s.e, 2002.

SCINOCCA, Ana Paula. Estudo lista os 37 municípios do País onde ensino público funciona. **O Estado de São Paulo**. Vida & educação nos trilhos. p.15. São Paulo: 25 de março de 2008.

SOTO, William H. G. Desenvolvimento Sustentável, agricultura e capitalismo. *In*: BECKER, Dinizar Fermiano (org). **Desenvolvimento sustentável: Necessidade e/ou possibilidade?** 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

VARGAS, Paulo Rogério. O insustentável discurso da sustentabilidade. *In*: BECKER, Dinizar Fermiano (org). **Desenvolvimento sustentável: Necessidade e/ou possibilidade?** 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

Sites Consultados:

http://www.mme.gov.br/programs_display.do?prg=8

www1.univap.br/sandra/8aaula_geo.pdf

http://www.unicef.org/brazil/pt/Redes_de_aprendizagem.pdf

www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/20021227-idh.shtml

www.bcb.gov.br, acesso em 20/01/08.